

FGR

em revista

Publicação da Fundação Guimarães Rosa · Ano 4 · Nº 05 · outubro de 2010



**Como as neurociências
contribuem para
a Educação Escolar?**

**Gestão autossustentável:
abordagem nos programas
e projetos sociais da FGR**

**Nossos dias no contexto
da “Modernidade Líquida”**

Cursos Livres

Melhor opção, em menos tempo.

A Fundação Guimarães Rosa oferece Cursos Livres, de curta duração, nas diversas áreas do conhecimento. O diferencial da FGR está na apresentação de corpo docente qualificado, material didático e metodologia das aulas.

As vantagens são muitas: baixo custo, qualificação adequada às exigências de mercado, certificados emitidos por uma Instituição comprometida com a Educação, matrizes curriculares adequadas às mais diversas profissões e, principalmente, os conteúdos ministrados nesses cursos podem ser aproveitados em qualquer modalidade de ensino.

Em destaque, a FGR oferece os Cursos:

- Licitação | Pregão;
- Adolescência;
- Mediação de Conflitos;
- Português por Totalidade Verbal;
- Sistema de Registro de Preço.

Conheça mais sobre os cursos: www.fgr.org.br
Setor de Ensino: 31 3263.1646 ou 31 3263.1632
fernanda@fgr.org.br



capa

Como as neurociências contribuem para a Educação Escolar?

Leonor Bezerra Guerra

editorial

4

educação

Gestão Escolar eficiente: uma parceria de sucesso 10

Ilce Gonçalves Sousa de Jesus
Regina Márcia Lopes Silva

sustentabilidade

Desafios da acessibilidade 13

Ana Cordélia de Pinho

Palestra – Sustentabilidade e o Terceiro-Setor 16

Tomáz de Aquino Resende

preservação ecológica

O que fazer com as toneladas de resíduos eletroeletrônicos que estamos gerando? 27

Susane Meyer Portugal

Reciclagem de lixo eletrônico: um desafio crescente 30

Tereza Cristina M.B. Carvalho
Mauro César Bernardes

entrevista

Terceiro-Setor e a Segurança Pública 32

Entrevista especial da "FGR em Revista" com Paulo Storani

Fundação Guimarães Rosa

Gestão autossustentável: abordagem nos programas e projetos sociais da FGR 34

segurança pública

Reflexões sobre o município e a Segurança Pública 38

Euro Magalhães

Um Olhar sobre a Criminalidade e a Violência como resultado de uma fusão Social e Psicológica: Nossos dias no contexto da "Modernidade Líquida" 40

Álvaro Antônio Nicolau

cultura

Academia Epistêmica MESAMARIANO. 50

João Bosco de Castro

Violência psicológica sob a ótica das vivências de exílio 54

Maria Madalena Magnabosco

Em sua quinta versão, a **FGR em Revista** apresenta pauta comprometida com o crescimento do Terceiro-Setor, por meio de políticas de Educação, Sustentabilidade, Preservação Ecológica, Segurança Pública e Cultura.

Na matéria de Capa, como forma de reafirmar a importância da Educação para o avanço da qualidade de vida, o Conselho Editorial da **FGR em Revista** convidou a Especialista em Neuropsicologia, Doutora Leonor Guerra, a escrever artigo esclarecedor sobre o papel das Neurociências na Educação. Queremos transmitir ao Leitor como os Educadores devem aplicar as Neurociências em favor do aprendizado, e, dessa forma, multiplicar o conhecimento aos Profissionais da área. O artigo **Como as Neurociências Contribuem Para a Educação Escolar** explica, definitivamente, como os estímulos do ambiente são importantes para o processo de desenvolvimento do cérebro, órgão responsável pelo aprender.

Para completar a Editoria de Educação, convidamos a Diretora da Escola Estadual Engenheiro Sílvio Fonseca/BH, Regina Márcia, e a Pedagoga responsável pelos Projetos Educacionais da FGR, Ilce Gonçalves, a escreverem artigo sobre **Gestão Escolar Eficiente: Uma Parceria de Sucesso**, cujo foco expõe aos Leitores atitudes promotoras de gestão compartilhada com a família e comunidade. Muitas são as iniciativas públicas e privadas para o desenvolvimento da Educação, com respostas seguras a certas perguntas, dentre as quais como investir

em Gestão Escolar, diante da escassez de recurso financeiro e cenário pouco favorável ao alcance de patamares bem-sucedidos? Ao pensar em dificuldades de muitas comunidades, a Fundação Guimarães Rosa, por meio de parceria consolidada, mostra-lhes quão possível é haver eficiência e eficácia na gestão escolar.

Segundo dados do IBGE, 12,4% da população de Belo Horizonte têm algum tipo de deficiência. Trata-se de dado significativo, pelo qual a acessibilidade é fator essencial para possibilitar às pessoas com deficiência viver com autonomia e participar plenamente da vida social. Para isso, é preciso ir além da reforma estrutural, como rampas e elevadores, para respeitar a pluralidade de nossa sociedade. O artigo **Desafios da Acessibilidade**, escrito pela Especialista em Políticas Públicas, Ana Cordélia de Pinho, ensina como contribuir para esse desenvolvimento social.

Ainda na Editoria de Sustentabilidade, de maneira inédita, publicamos a Palestra **A Sustentabilidade e o Terceiro-Setor**, proferida pelo Procurador de Justiça, Doutor Tomaz de Aquino, no I Fórum promovido pela Federação Mineira de Fundações e Associações de Direito Privado (FUNDAMIG). O Autor, além de incentivar a transparência pública e a gestão profissional, convida-nos a colocar os óculos do Doutor Lourenço¹ e, como Miguilim, ver o mundo de forma diferente... Na página 16, lê-se encantadora contribuição de Guimarães Rosa para o desenvolvimento sustentável.

O que fazer com os Resíduos Eletrônicos? Sem dúvida, essa pergunta é tema de debate em todos os cantos do Brasil e do Mundo. Já não é possível pensar em preservação ecológica e valorização de bens naturais, sem pensar que os instrumentos facilitadores de hoje são motivos de preocupação amanhã. Nessa Editoria de Ambiente, apresentamos temas de grande repercussão: **O que Fazer com as Toneladas de Resíduos Eletrônicos que Estamos Gerando? e Reciclagem do Lixo Eletrônico: um Desafio Crescente**. Levamos aos Leitores informações e iniciativas nessa área, ainda desconhecida por grande parte da população.

Segurança Pública não é responsabilidade apenas das Forças Policiais, legítimas de poder para agir de maneira preventiva e repressiva. A questão ultrapassou as fronteiras da União, e, hoje, Comunidade e Estado dialogam para promover qualidade de vida, em combate à sensação de medo e insegurança. Com essa visão, a Fundação Guimarães Rosa promove, anualmente, o Ciclo de Segurança Pública em Debate, momento de promoção de políticas participativas entre Gestores e Operadores de Segurança Pública, Estado e Comunidade. Em

2010, convidamos o Secretário Municipal de São Gonçalo/RJ, Paulo Storani, para a seção Entrevista, na qual ele explora o tema **O Terceiro-Setor e a Segurança-Pública**. Nessa importante Editoria, o Leitor acessa dois novos artigos: **Reflexão Sobre o Município e a Segurança Pública** e **Um Olhar Sobre a Criminalidade e a Violência Como Resultado de Uma Fusão Social e Psicológica**.

Em Cultura, apresentamos novo empreendimento sociocultural vinculado à FGR: a Academia Epistêmica de Mesa "Capitão-Professor João Batista Mariano" – MESAMARIANO, instalada em 25 de fevereiro de 2010, para estudos sobre a Natureza e a Cultura, prioritariamente sobre o Homem! Entende-se o porquê de Capitão-Professor João Batista Mariano, no texto do Acadêmico e Presidente dessa Casa de Saberes, João Bosco de Castro.

Mostra-se relevante o artigo **Violência Psicológica sob a Ótica das Vivências de Exílio**, da Doutora Maria Madalena Magnabosco. O silêncio, na atualidade, tem grande poder de contribuir para a afetividade, comportamento enfraquecedor das mais diversas agressões ao corpo e à alma.

Ao encerrar este Editorial, convidamos o Leitor a conhecer um pouco mais sobre a Fundação Guimarães Rosa, com a leitura do artigo **Gestão Autosustentável: Abordagem nos Programas e Projetos Sociais da FGR**. Muito mais que equilíbrio financeiro, a busca de valores como Cidadania, Ética e Comprometimento faz parte da missão FGR para avançar em novos conceitos de viabilidade econômica. Os resultados desse compartilhamento são muitos... Dentre eles, a história do ex-participante do Projeto Oficina do Amanhã, Frederico Lúcio, hoje colaborador do Departamento Social da FGR: "a inclusão social do participante trouxe ao Frederico autonomia, amadurecimento e fortalecimento, além de desenvolver nele a capacidade de realizar ações e, por si mesmo, concretizar mudanças". Veja mais na página 34. ■

Ótima Leitura!

Juliana Peixoto*
juliana@fgr.org.br

*Jornalista (14.019/MG), MBA em Gestão de Projetos Educacionais. Parceira-Assessora da Academia de Letras "João Guimarães Rosa", da PMMG, Acadêmica Epistêmica e Secretária da MESAMARIANO. Assessora de Imprensa da FGR, desde 2007.

FGR
em revista

ISSN 1984-8846

Rua Paraíba, 1441 | 8º andar
Funcionários | CEP 30130-141
Belo Horizonte | MG
Tel: (31) 3263 1600
Fax: (31) 3263 1604

Endereço eletrônico
www.fgr.org.br | comsocial@fgr.org.br

Superintendente-Geral
Álvaro Antônio Nicolau

Superintendente de Empreendimentos
Pedro Seixas da Silva

Superintendente de Administração,
Finanças e Tecnologia da Informação
José Antônio Gonçalves

Jornalista Responsável e Chefe do Setor
de Comunicação, Cultura e Lazer
Juliana Leonel Peixoto Dutra | 14.019/MG

Relações Públicas
Fabiana Magalhães dos Santos |
CONRERP-MG 2160

Publicitários
Juliano Ziviani Pochmann
Gustavo Henrique Ferreira Dourado

Administração e Cultura:
Lucas Resende Freire

Bibliotecária
Edna da Silva Angelo | CRB-6/2560

Projeto Gráfico, Edição e Diagramação
Jota Campelo Comunicação

Tiragem
3.000 exemplares

Fotos
Arquivo FGR

Impressão
Artes Gráficas Formato

A Fundação Guimarães Rosa não se responsabiliza por conceitos emitidos em artigos assinados. É permitida a divulgação das informações, desde que citada a fonte.

Foto de Capa
Participante do Projeto Portal do Aprender,
Francislaine Naiara

Como as neurociências contribuem para a Educação Escolar?

Leonor Bezerra Guerra*

O cérebro é o órgão responsável pela aprendizagem.

Durante a aprendizagem, educadores, professores e pais, por meio de suas práticas pedagógicas, fornecem estímulos que provocam transformações em circuitos neurais levando ao desenvolvimento e reorganização da estrutura cerebral, cuja função resulta em novos comportamentos e, portanto, em aprendizado.

Apesar da euforia em relação às contribuições das neurociências para a educação, é importante esclarecer que as neurociências não propõem uma nova pedagogia, mas fundamentam a prática pedagógica que já se realiza, demonstrando que estratégias pedagógicas, que respeitam a forma como o cérebro funciona, tendem a ser mais eficientes.

Como o professor pode aplicar as neurociências no cotidiano escolar?

Neurociências

Constituem o conjunto das diversas áreas do conhecimento que pesquisam o Sistema Nervoso (SN). Elas estudam as moléculas que constituem os neurônios, os órgãos do SN e suas funções específicas, bem como o comportamento humano resultante da atividade dessas estruturas.

Os avanços das neurociências esclareceram muitos aspectos do funcionamento do SN, especialmente do cérebro, e permitiram a abordagem mais científica do processo



Produção de texto na Oficina do Aprender.

ensino-aprendizagem. Funções relacionadas à cognição e às emoções, presentes no cotidiano e nas relações sociais, como dormir, comer, gostar, reconhecer, falar, compreender, ter atenção, esquecer, experimentar, ajudar, lembrar, calcular, planejar, julgar, rir, movimentar-se, trabalhar, emocionar-se, são comportamentos que dependem do funcionamento do cérebro. Educar é aprender também.

Comportamento humano

Resulta da atividade do conjunto de células nervosas, ou redes neurais, que constituem o SN. Depende do número de neurônios e suas substâncias químicas, da atividade destas células e da forma como os neurônios se conectam entre si, ou seja, da organização das sinapses e da troca de informações entre eles. "Informação", para o neurônio, é a alteração das suas características eletroquímicas.



Quando o indivíduo está em interação com o mundo, exibindo um comportamento, vários conjuntos de neurônios, em diferentes áreas do SN, estão em funcionamento, ativados, trocando "informações".

O cérebro em formação

Os cuidados com o pré-natal são fundamentais para o desenvolvimento adequado do SN. Neste período, cérebro, cerebelo, medula e tronco encefálico são formados. Conexões entre células nervosas – sinapses – determinadas geneticamente são estabelecidas e garantem a organização



Atividades lúdicas na Oficina de Recreação.

estrutural e funcional, fundamental para comportamentos típicos da espécie, como andar, comunicar-se, sugar, expressar emoções, entre outros.

Deficiências nutricionais, ingestão de certas substâncias químicas, infecção por vírus e protozoários, exposição a radiações e até informações genéticas ou cromossômicas erradas (Síndromes de Williams, Down, Asperger, autismo, dislexia, etc.) podem alterar a estrutura básica do SN.

A criança que tem um SN diferente apresentará comportamentos, habilidades, limitações e potencialidades cognitivas distintas das demais e poderá demandar estratégias de aprendizagem alternativas.

O cérebro na infância

Após o nascimento, a interação do bebê com o meio em que vive e os cuidados na primeira infância são muito significativos. Este é um período receptivo, de intenso desenvolvimento cerebral, em que as redes neurais

são mais sensíveis, responsivas e vulneráveis às mudanças, quando novos comportamentos podem ser progressivamente adquiridos, preparando o cérebro para novas e mais complexas aprendizagens.

A educação infantil ou a oportunidade de exposição a estímulos sensoriais, motores, emocionais e sociais variados, frequentes e repetidos nessa fase, contribuirá para a manutenção das sinapses já estabelecidas, com preservação de comportamentos com os quais nascemos, e para a formação de novas sinapses, resultando no desenvolvimento de novos comportamentos.

Falta de estimulação pode levar à perda de sinapses e, portanto, à perda de alguns comportamentos. Crianças pouco estimuladas nos primeiros anos de vida podem apresentar dificuldade de aprendizagem porque o cérebro ainda não teve oportunidade de utilizar todo o potencial de reorganização de suas redes neurais.



A ludicidade faz parte da aprendizagem nos Projeto Sociais.

Embora necessitem de mais estímulos e estratégias alternativas de aprendizagem, ainda terão chance de recuperar o tempo perdido e as habilidades não desenvolvidas no tempo mais fisiológico para cada uma delas. Um lar saudável, um ambiente familiar adequado, bons exemplos e uma boa escola podem fazer grande diferença no desenvolvimento escolar.

Neuroplasticidade

É a propriedade de “fazer e desfazer” conexões entre neurônios. A neuroplasticidade possibilita a reorganização da estrutura do sistema nervoso e do cérebro, constituindo-se na base biológica da aprendizagem e do esquecimento.

Preservar as sinapses é, portanto, preservar as redes neurais relacionadas a comportamentos importantes para nossa sobrevivência. Aprendemos o que é significativo e necessário para viver bem e esquecemos aquilo que não tem mais relevância para o nosso viver.

Atenção

Função mental das mais importantes para a aprendizagem. Permite-nos selecionar o estímulo mais relevante e significativo, dentre outros aos quais estamos expostos, num determinado

momento. A atenção é mobilizada pelos padrões cerebrais que já temos em nossos arquivos cerebrais (esquemas mentais) ou pelo que é muito novo.

É difícil prestar atenção por muito tempo. Intervalos ou mudanças de atividades são importantes para recuperar nossa capacidade de focar atenção. Dificilmente um aluno prestará atenção em informações que não tenham relação com seu arquivo de experiências, com seu cotidiano ou que não sejam significativas para ele. Nosso cérebro seleciona as informações mais relevantes para nosso bem-estar e sobrevivência e foca atenção nelas.

Memória

As estratégias pedagógicas devem utilizar recursos multissensoriais para ativação de múltiplas redes neurais que estabelecerão associação entre si. Se as informações/experiências forem repetidas, a atividade mais frequente dos neurônios relacionados a elas resultará em neuroplasticidade e produzirá sinapses mais consolidadas.

Os registros transitórios – memória operacional – serão transformados em registros mais definitivos – memória de longa duração. Quando o aluno estuda apenas na véspera da prova, mantém as informações na memória operacional. Assim que as utiliza na

prova, garantindo a nota, esquece-as. A consolidação das memórias ocorre, pouco a pouco, a cada período de sono, quando as condições químicas cerebrais são propícias à neuroplasticidade.

Enquanto dormimos, o cérebro reorganiza suas sinapses, elimina aquelas em desuso e fortalece aquelas importantes para comportamentos do cotidiano do indivíduo. Dormir pouco dificulta a memorização. Para aprender, precisamos estar despertos e atentos para absorver a experiência sensorial, perceptual e significativa, mas necessitamos do sono para que essas experiências sejam memorizadas e, portanto, apreendidas.

Emoção

No cérebro, os neurônios das áreas que regulam as emoções relacionadas ao medo, ansiedade, raiva, prazer, têm sinapses com neurônios de áreas importantes para formação de memórias. Poderíamos dizer que o desencadeamento de emoções favorece o estabelecimento de memórias. Aprendemos aquilo que nos emociona.

Espiral da aprendizagem

A memória não se forma de imediato, “da noite para o dia”. A formação de sinapses demanda reações

químicas, produção de proteínas, tempo. Por isso, a aprendizagem requer reexposição aos conteúdos e experiências sob formas diferentes e níveis de complexidade crescentes. Preservamos na memória o que é importante para nosso cotidiano. Esquecemos o que não tem mais valor, significado ou aplicação para nossa vida.

Boa saúde

Exercícios físicos aumentam a quantidade de fatores neurotróficos que contribuem para estabilização das sinapses e para manutenção e formação de memórias. A dieta balanceada, incluindo proteínas, carboidratos, gorduras, sais minerais e vitaminas, possibilita o funcionamento das células nervosas, a formação de sinapses e

da mielina, estrutura que participa da condução das informações entre redes neurais. Problemas respiratórios que perturbam o sono do aprendiz, anemia que diminui a quantidade de oxigênio para os neurônios, dificuldades auditivas e visuais que não são facilmente detectadas, entre outros fatores, podem contribuir para dificuldades de aprendizagem. É importante que o aprendiz esteja em boas condições gerais de saúde para aprender bem.

Adolescentes

O cérebro do adolescente ainda está em desenvolvimento, principalmente a área pré-frontal, parte mais anterior do lobo frontal, envolvida com as funções executivas, ou seja, com a elaboração das estratégias de comportamento para solução de problemas

e autorregulação do comportamento. Cérebros adolescentes estão testando novos comportamentos com o objetivo de selecionar habilidades, atitudes, conhecimentos que sejam de fato proveitosos para a sobrevivência deles como adultos que serão. Eles aprendem o que os motiva, os emociona, o que desejam, aquilo que tem significado para eles. Transformar o conteúdo programático de uma disciplina em algo relevante para o aprendiz é um grande desafio para o professor.

Dificuldades de aprendizagem

Outros fatores, além dos mencionados, influenciam a aprendizagem. Entre eles, aprendizes sem condições de adquirir material escolar, sem ambiente para o estudo em casa, sem

Educar requer criatividade, autonomia, paixão, motivação, dedicação, empatia, paciência, inovação, tempo, trabalho, energia. Saber como o cérebro funciona também pode ajudar.

acesso a livros e jornais, sem incentivo ou estimulação dos pais e/ou dos professores. Isso tudo priva o aluno das experiências sensoriais, perceptuais, motoras, motivacionais e emocionais, fundamentais para o funcionamento de seu sistema

nervoso, embora não seja portadora de alterações cerebrais. Transtornos psiquiátricos, como o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), depressão, entre outros, que demandam orientação médica e tratamento, também podem dificultar a aprendizagem.

Transtornos de aprendizagem

Dislexia e discalculia, entre outros, são dificuldades na aquisição de habilidades de escrita, leitura e do raciocínio lógico-matemático, causadas por uma organização cerebral diferente,

de provável determinação genética. Nesses casos, as crianças conseguirão aprender, mas necessitarão de estratégias alternativas de aprendizagem, uma vez que o cérebro desses indivíduos utiliza caminhos ou circuitos neuronais diferentes para atingir o mesmo resultado, ou seja, a aquisição do novo comportamento.

E quando não aprendemos?

O problema está sempre no cérebro? Nem sempre. Aprendizagem depende da saúde do indivíduo e não só do funcionamento cerebral. Dependem também de fatores relacionados à comunidade, família, escola, meio ambiente em que vive o aprendiz e à sua história de vida. Professores e pais devem compartilhar as observações acerca das etapas e características do processo de ensino e aprendizagem do aluno e, se necessário, encaminhar a profissionais da saúde e da escola que indicarão o caso para outros profissionais se for necessário. A dificuldade de aprendizagem tem etiologia multifatorial e, portanto, a abordagem deve ser multidisciplinar. ■

PARA SABER MAIS:

BLAKEMORE, S.-J., FRITH, U. *The learning brain: lessons for education*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA DOS ESTADOS UNIDOS. *Como as Pessoas Aprendem: Cérebro, Mente, Experiência e Escola*. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICOS (OCDE). *Compreendendo o cérebro: rumo a uma nova ciência da aprendizagem*. São Paulo: Editora SENAC, 2003.

ROTTA, N.T., OHLWEILER, L., RIESGO, R.S. *Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

*Bacharel em Medicina, Mestre em Fisiologia, Doutora em Morfologia pela UFMG. Especialista em Neuropsicologia pela Universidade FUMEC. Professora adjunta de Neuroanatomia no Departamento de Morfologia/CB/UFMG. Docente do Programa de PG em Neurociências e Coordenadora do Projeto NeuroEduca/UFMG.

Gestão Escolar eficiente: uma parceria de sucesso

Ilce Gonçalves Sousa de Jesus*
Regina Márcia Lopes Silva**

Neste artigo, a Gestora Regina Márcia faz uma reflexão sobre Gestão Escolar eficiente e os passos que a Escola Estadual Engenheiro Sílvio Fonseca percorreu para alcançar o sucesso em parceria com a Fundação Guimarães Rosa.



Empreendedorismo na turma 4/9.

A Educação, há anos, passa por mudanças constantes, caso contrário não conseguiria acompanhar as necessidades da sociedade e suas demandas.

As escolas, tanto na rede pública quanto particular, abraçam novos desafios; o trabalho pedagógico

extrapolou a noção conteudista, na qual repassar os conteúdos programáticos era sua maior função.

A dinâmica familiar sofreu várias mudanças e interferências na criação dos filhos. Outrora, o pai, único provedor, saía para o trabalho em busca de sustento

para a família; a mãe gerenciava o lar com o compromisso da educação dos filhos.

O desenvolvimento e o crescimento tecnológico trouxeram novos paradigmas, a família almeja novos ideais, mais conforto e uma vida melhor, a mulher foi para o mercado de trabalho,

destacando-se profissionalmente. E a educação dos filhos foi dividida com a escola, a segunda organização formal pela qual o indivíduo passa. É nela que se estabelece a relação da criança com a sociedade, preparando-a para tornar-se um cidadão com valores éticos e morais. Para que isto ocorra é necessário que a escola exerça plenamente sua função e apresente resultados esperados em relação à aprendizagem e formação do educando.

Se estes resultados não são satisfatórios, é primordial que o gestor escolar compartilhe com sua equipe as responsabilidades dos resultados e defina ações para minimizar o problema. É o momento de repensar a prática pedagógica, preparar o aluno para conduzir a própria vida, fazendo-o acreditar na sua capacidade de vencer, que ele tem condições de aprender a se conhecer e beneficiar-se dos conhecimentos adquiridos; aprender a fazer para adquirir novas competências que o ajude a enfrentar situações diversas; aprender a conviver, ser participativo e cooperativo; aprender a ser, tornar-se um cidadão com responsabilidade e discernimento (4 pilares da Educação - UNESCO - MEC).

Um gestor não administra sozinho a escola, é importante que seja feito um trabalho de equipe em busca de soluções inovadoras, quebrar resistência às mudanças e melhorar a participação dos pais na vida escolar de seus filhos. Como diz Paulo Freire, "Ninguém educa ninguém e ninguém educa sozinho, os homens se educam em comunhão."

Promover gestão compartilhada não é fácil; a escola precisa desenvolver no indivíduo a autonomia, a capacidade de trabalhar em equipe e o gestor, que tem espírito empreendedor, aceita desafios na procura de parceiros internos e externos que contribuam com o processo de mudança na instituição.

A Gestora Regina Márcia, da E. E. Engenheiro Sílvio da Fonseca, relembra agradecida e emocionada quando fez parceria com a Fundação Guimarães Rosa. Este elo deu-se através da Educadora Nilda Guedes que conhecia a filosofia das duas instituições: a busca do social e da cidadania.

Realizada a parceria, a Fundação

Guimarães Rosa apadrinhou os projetos, que hoje fazem parte do calendário escolar, com atividades multidisciplinares, agregando educação, amor, cultura e cidadania. São visíveis as mudanças que ocorreram na escola: professores mais estimulados e dispostos a enfrentar os problemas advindos do trabalho, envolvendo os alunos e os entusiasmando a



Professora Nilda Guedes na Oficina "O Mundo Faz de Conta."



No "Mundo Faz de Conta" a criança exerce sua cidadania.

gostar e a respeitar a escola, melhoria da aprendizagem e da disciplina, a família mais participativa e a comunidade escolar sempre presente apoiando os fazeres da sua escola.

Hoje, desenvolvemos, com apoio da Fundação Guimarães Rosa, os projetos Acolher e Educar Para a Cidadania, Primeiros Passos: Educação Para o Empreendedorismo e Incentivo à Leitura. O primeiro refere-se às aulas de reforço de Português e Matemática para os alunos do 2º ao 5º ano. As professoras e Pedagogas, após análise e identificação das defasagens da aprendizagem, selecionam os alunos que necessitam do reforço e, com apoio da família, as aulas acontecem aos sábados. É a superação das dificuldades.

O segundo, Primeiros Passos: Educação para o Empreendedorismo é dividido em quatro modalidades diferentes, com o objetivo de incentivar e instrumentalizar os alunos para serem futuros empreendedores. É a descoberta da profissão. Como montar uma empresa. Cada conteúdo de acordo com a idade dos alunos. As professoras trabalham com as apostilas que são oferecidas pela Fundação, bem como todo material a ser utilizado nas oficinas. As crianças aprendem como abrir e administrar uma empresa. As atividades são realizadas uma vez por semana, com a orientação das professoras.

Os alunos do primeiro ano descobrem o doce mundo das balas, abrindo uma loja de balas, pirulitos, doces e bombons. Elaboram enfeites, decorações coloridas e criativas para enfeitar as embalagens. A loja de balas é sempre um sucesso.

O Mundo Faz de Conta fica a cargo dos alunos do segundo ano. Com materiais recicláveis, confeccionam objetos de arte, decoração, bonecos, palhaços e utensílios. Os alunos fantasiam e constroem a história. A loja fica repleta de peças coloridas e atrativas.

Na Locadora de Gibis, os alunos do quinto ano criam e desenham as próprias histórias em quadrinhos, aprendem a catalogar e locam as revistinhas para os colegas da escola. É o intercâmbio entre os alunos de outras salas e o incentivo à leitura.

No Praticando a Natureza, os alunos do quarto ano manipulam os alimentos, conhecem seus nutrientes e aprendem a valorizar a boa alimentação. Produzem sanduíches e sucos naturais.



Aluna Helena Cristina Moreira Britto.

A culminância deste projeto ocorre no mês de novembro durante a Feira de Cultura, ocasião em que a comunidade escolar participa efetivamente, com visitas às lojas e aquisição dos materiais. O fruto do trabalho é revertido para os alunos como espaço de lazer, com cama elástica, pular, brinquedos infláveis, algodão-doce, festa com cardápio variado, passeio ao zoológico. Os alunos e os professores escolhem qual atividade a ser realizada.

Para desenvolver o projeto de Incentivo à Leitura, a Fundação Guimarães Rosa adquiriu as obras literárias sugeridas pela escola. Durante o ano, as professoras trabalham, de forma lúdica, a leitura dos livros paradidáticos associados a outras

ações culturais, com os objetivos de estimular o gosto e prazer pela leitura, promover a rotina de leitura diária e desenvolver competências leitoras. Durante as rodinhas de leitura, os alunos apreciam, manipulam os livros, discutem os temas, inventam histórias, fazem teatros.

Além do apoio aos projetos, a Fundação Guimarães Rosa, sempre atenta ao social, construiu um espaço lúdico, esportivo e de convivência, com mesas de pingue-pongue e damas, que muito contribuiu para a melhoria da disciplina, além da instalação das portas de aço para mais segurança na escola.

O resultado de todas estas ações é visto na melhoria da aprendizagem, na pedagogia de projetos, na integração professor x aluno, família x escola. A gestão escolar realizou um trabalho de equipe, investiu na socialização, divisão de tarefas, respeito e o mais importante, aos poucos, a comunidade está fazendo parte do processo e os alunos gostando mais da escola.

A Escola Estadual Engenheiro Sílvio Fonseca, na busca de valorizar as ações da Fundação Guimarães Rosa, em nome da equipe pedagógica e alunos, reconhece que esta parceria a faz acreditar que é possível construir a cidadania e a aprendizagem com autonomia e atitude. ■

*Ilce Gonçalves Sousa de Jesus - Graduada em Pedagogia pela Universidade FUMEC. Pós-Graduada em Pedagogia Social pelo Instituto Pro-minas-FINOM Cursos de especialização em Gestão Escolar (SEE.), Dificuldade de Aprendizagem na perspectiva da inclusão (Centro Universitário Newton Paiva), I Congresso Internacional Trans-tornos e Dificuldades de Aprendizagem. Pedagoga no Colégio Tiradentes da PMMG e Fundação Guimarães Rosa.

** Regina Márcia Lopes Silva – Diretora da E.E. Engenheiro Sílvio Fonseca. Graduada em Pedagogia pelo Instituto de Educação. Pós-graduada em Psicopedagogia pelo IESD (Universidade Castelo Branco).

Desafios da acessibilidade

Ana Cordélia de Pinho*



A Coordenadoria de Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência (CDPPD), vinculada à Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania, tem por finalidade propor, articular e coordenar as políticas públicas de promoção e defesa de direitos das pessoas com deficiência.

Ao propor políticas para o segmento, a CDPPD se dispõe a trabalhar para expansão da articulação com as demais políticas sociais e urbanas de discussão nos conselhos e outros canais de participação, subsidiando o gestor municipal em suas ações políticas. A preocupação com a garantia da acessibilidade é uma constante no trabalho da Coordenadoria.

O Brasil passou por profundas mudanças relacionadas às políticas voltadas

para as pessoas com deficiência nos últimos 13 anos. Houve uma evolução de conceitos e definições, avanço da organização social e a necessidade do respeito aos seus direitos fundamentais ganhou visibilidade como resultado desta organização. A aprovação das Leis Federais números 10.048/2000 e 10.098/2000, regulamentadas pelo Decreto 5.296/2004, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

O Decreto Federal 5.296/04, no capítulo III, art. 8º, considera acessibilidade como condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos,

sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou mobilidade reduzida.

Para que as pessoas com deficiência tenham assegurados seus direitos, torna-se necessário garantir condições de acessibilidade:

Arquitetônica – ausência de barreiras ambientais e físicas nas escolas, nas empresas, nas residências, nos edifícios públicos, nos espaços, nos meios de transporte individual ou coletivo.

Comunicacional – sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face com o uso de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais, linguagem corporal, Braille), na comunicação escrita adotar textos com letras ampliadas e outras tecnologias assistivas.

sustentabilidade

Metodológica – sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo, e uso de todos os estilos de aprendizagem.

Instrumental – sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo (lápiz, caneta, régua, teclado de computador, materiais pedagógicos), de atividades da vida diária, de lazer, esportes e recreação.

Programática – sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas, regulamentos e normas.

Atitudinal – sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

O tema acessibilidade faz parte dos artigos 224 e 227 da Constituição Federal de 1988. Esses artigos constitucionais asseguram a todo cidadão o direito de ir e vir e a adaptação para que as pessoas possam usufruir de todos os bens comuns com os demais cidadãos. Acessibilidade não é apenas garantir mobilidade, mas transformar uma cidade com a finalidade de adequá-la a todos os cidadãos.

A questão da acessibilidade urbana é principalmente uma questão de direitos humanos, já que não se trata apenas de mudar no campo da urbanidade e do mobiliário urbano. A discussão é sobre a real possibilidade que um projeto de acessibilidade torne a cidade totalmente inclusiva, ampliando o conceito de acessibilidade, que deve ser acompanhado de um importante reconhecimento micropolítico de quem e quais são os sujeitos cidadãos/cidadãs a quem se pretende beneficiar ou respeitar com a afirmação dos direitos.

É fundamental ultrapassar a compreensão e concepção reducionista, de que bastam rampas em cada esquina para afirmar que estamos realizando a remoção de todas as barreiras. Precisamos de uma inclusão

ativa de todos os atores envolvidos com a mudança de comportamento, pensamento e ações.

A estimativa da OMS é de que 10% da população dos países em desenvolvimento têm algum tipo de deficiência. Segundo dados do IBGE, 14,5% da população brasileira possuem alguma deficiência, sendo que, em Minas Gerais, esse número é de 14,9% e em Belo Horizonte é de 12,4%.

A garantia da acessibilidade é uma das reivindicações mais antigas dos movimentos das pessoas com deficiência e vem sofrendo alterações ao longo da história. O início dos anos 80 pode ser destacado como o da busca pela eliminação de barreiras arquitetônicas. A década de 80 traz a ampliação desse conceito com a discussão sobre as barreiras atitudinais. Na década de 90, são identificadas barreiras na comunicação, no transporte e outras deficiências são contempladas. Surge o conceito de desenho universal, um planejamento arquitetônico ambiental, de comunicação e de transporte no qual todas as características das pessoas são atendidas, independentemente de possuírem ou não uma deficiência.

Consideramos importante provocar a reflexão sobre a definição de desenho universal transcrita abaixo: "Desenho de produtos e ambientes utilizáveis por todas as pessoas, no limite do possível, sem a necessidade de adaptações ou desenho especializado", definição contida no trabalho "The Center for Universal Design" (WRIGHT, 2001, p.55).

Nossa sociedade é plural. É constituída por homens e mulheres, com tamanhos e pesos variados; por



crianças e idosos; por pessoas que caminham sobre seus próprios pés ou que necessitam de muletas, bengalas e cadeiras de rodas; por indivíduos que têm baixa visão ou são cegos, surdos e aqueles que apresentam grande dificuldade de compreensão. É imprescindível que qualquer objeto ou espaço seja concebido de acordo com o conceito de desenho universal, para se alcançar uma completa acessibilidade às edificações, ao meio urbano, aos transportes, à comunicação, aos equipamentos e aos serviços.

A acessibilidade passa a abranger novas dimensões que envolvem aspectos importantes do dia-a-dia das pessoas, tais como rotinas e processos sociais, além de programas e políticas governamentais e institucionais. A construção de uma sociedade para todos implica na garantia de acessibilidade em todas as suas dimensões.

Dessa forma, uma sociedade acessível é pré-requisito para uma sociedade inclusiva, ou seja, uma sociedade que reconhece, respeita e responde às necessidades de todos os seus cidadãos e cidadãs.

No início do Terceiro Milênio, a acessibilidade passa a referir-se não só aos obstáculos concretos da sociedade, como também ao direito de ingresso, permanência e usufruto de todos os bens e serviços sociais.

Após a década de 80, o modelo neoliberal exige dos Estados a redução gradativa de recursos das políticas

sociais e o Terceiro-Setor tem que fazer ajustes radicais para continuar executando projetos sociais. A execução da política social só é viável em parceria com o Terceiro-Setor, pois verifica-se uma forte tendência de transferência de responsabilidades. O conceito de acessibilidade é universal e dá-se nas mesmas modalidades para políticas públicas quanto para a sociedade civil. A partir da década de 90, está posto o desafio da construção de uma sociedade inclusiva, que necessariamente passa pela acessibilidade, pois sem esta não existe inclusão social. ■

REFERÊNCIAS:

Guia de Acessibilidade – Brasília – 1ª edição/2008.

GUIMARÃES, Marcelo Pinto – Acessibilidade: Diretriz para Inclusão – Professor de Arquitetura/UFMG-2008.

Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – ONU

ANAIS: Seminário Internacional Sociedade Inclusiva/PUC – Minas – 1999.

GLOSSÁRIO

OMS – Organização Mundial da Saúde.

ONU – Organização das Nações Unidas.

Deficiência – Limitação ou incapacidade para o desempenho de atividades que

sustentabilidade

se enquadrem nas categorias: física, auditiva, visual, mental e múltipla.

Tecnologias assistivas – São tecnologias adaptadas para melhorar a funcionalidade da pessoa com deficiência.

* Assessora Técnica da Coordenadoria de Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência/Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Psicóloga graduada pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Pós-graduada em Psicopedagogia pela Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG e em Políticas para a Juventude pelo Unicenro Newton Paiva, Especialista em Políticas Públicas pela Fundação João Pinheiro.

Livrarias FGR

Inaugurada em agosto de 2004, a Livraria de Apoio ao Policial Militar (APM) é referência para os Cursos de Segurança Pública da Academia de Polícia Militar Mineira e de outros Estados. Em 2009, a FGR ampliou sua atuação para o Centro de Ensino Técnico, com a implementação da Livraria Ciência, Educação e Tecnologia (CET), para melhor atender alunos e professores do complexo.

Confira nossos principais serviços:

- impressão digital, p&b e colorida;
- digitalização;
- cópias digitais e analógicas;
- manuais e revistas editados pela PMMG (Manual de Prática Policial, Manual de Direitos Humanos, Revista "O Alferes", Diretrizes para Produção de Serviços de Segurança Pública, Código de Ética e Disciplina, Hinário, História da PMMG, Revista de Psicologia, entre outros);
- livros diversos a preço de capa;
- livros de autores militares e civis, como Cel. João Bosco de Castro, Cel. Klinger, Cel. Saint'Clair, Cel. Laurentino, Cel. Lúcio Emílio, Cel. Amauri, Ten. Francis Albert Cotta, Sgt. Geraldo Rosa, Sra. Márcia Doro e Sr. Carlos Nunes;
- convênio com os Colégios Tiradentes e Escolas da região para distribuição das Listas Escolares.

Horário de atendimento:

Segunda a sexta-feira, das 7 às 19h.

Endereços:

Livraria de Apoio ao Policial Militar (APM):
pátio principal da Academia de Polícia Militar. Rua Diábase, 320. Prado – Belo Horizonte.

Telefone: 31 3292 6302 | livraria@fgr.org.br

Livraria Ciência, Educação e Tecnologia (CET):

Centro de Ensino Técnico (antiga sala 33). Rua Dr. Gordiano, 123. Prado – Belo Horizonte.

Telefone: 31 3337 5693 | livrariacet@fgr.org.br



Palestra – Sustentabilidade e o Terceiro-Setor

Tomáz de Aquino Resende*

Na estreia do I Fórum FUNDAMIG, com o tema Sustentabilidade no Terceiro-Setor, a Jornalista Juliana Peixoto apresentou o modelo de Autossustentabilidade na Fundação Guimarães Rosa aos participantes. Na ocasião, o Procurador de Justiça, Dr. Tomáz de Aquino, encerrou as atividades com palavras de ânimo e orientação aos engajados na Gestão Social. Nesta edição, você confere os melhores momentos da Palestra Sustentabilidade e o Terceiro-Setor, cujo foco foi a gestão comprometida com a Transparência e Capacitação!

Qualquer instituição só vai ter resultado se tiver uma administração profissional e transparência pública em suas ações.

Já disse isso! Já fiz discurso sobre isso! Já escrevi sobre isso!

"Um dia, chegam ao Mutum dois homens para caçar. Um deles, Dr. Lourenço, o qual usava óculos, estranha o olhar de Miguilim e faz nele alguns testes de visão.

Percebendo que o menino era míope, empresta a ele seus óculos. Miguilim se encanta com o mundo que vê, pela primeira vez. O médico gosta do menino e convida-o a voltar com ele para a cidade, para estudar.

Indeciso, acaba aceitando, depois que a mãe o encoraja, dizendo que seria a grande chance dele ser alguém na vida. O menino vai se aprontar e Rosa prepara um lanche para ele comer durante a viagem. Antes de ir embora, Miguilim pede os



Sustentabilidade gera resultado e resultado gera sustentabilidade.

óculos do médico emprestados mais uma vez. Enxerga o Mutum como um lugar bonito e vê os familiares. Acha o tio parecido com o pai, admira-se com a beleza da mãe. Todos choram de emoção, até mesmo o doutor!."

Na verdade, essa situação narrada pela inigualável sensibilidade de Guimarães Rosa muito me impressionou e impressiona, ela de certa forma tem orientado meu trabalho, pois é a mioopia em relação aos problemas sociais e ambientais da maioria de nós que, às vezes, coloca esse mundo, nossa Cidade, nosso Estado, insustentáveis.

Quando Miguilim colocou os óculos do doutor, passou a ver o mundo de forma diferente. Então, o que eu vim fazer aqui nesse encontro que vocês promovem? É que eu coloquei os óculos do doutor no dia em que fui designado para trabalhar com associações e fundações.

Não que eu tenha a presunção de ter adquirido conhecimento e ensinar a vocês o que fazer para ter uma fundação ou uma associação funcionando bem, pelo contrário: eu vi muitas instituições funcionando bem e percebi porque funcionam bem, e posso repassar essas informações.

Mas, o que é o resumo de tudo? Bastam duas expressões para simbolizar o nosso entendimento sobre sustentabilidade. Aplicam-se as duas e tudo estará resolvido: Gestão Profissional e Transparência Pública.

Parodiando a famosa propaganda dos biscoitos *Tostines*, podemos assegurar



que: “resultado faz sustentabilidade e sustentabilidade faz resultado.” Instituição que tem resultado é procurada pelas empresas, pelo Estado, pelas pessoas, enfim, para ajudá-las a fazer o que elas gostam, o que sabem fazer. Sustentabilidade gera resultado e resultado gera sustentabilidade, e o mantra: Gestão Profissional e Transparência Pública fazem bons resultados, fazem sustentabilidade.

Para ter resultado e sustentabilidade é preciso que a instituição se conheça e tenha clareza plena na definição das seguintes questões: “Quem eu sou? Onde estou? Para onde vou?”

Em 2005, com apoio da FUNDAMIG e cinco universidades mineiras, realizou-se uma pesquisa, um diagnóstico sobre o Terceiro-Setor em Belo Horizonte. Dessa forma, foi possível ter uma fotografia, saber quem é o Terceiro-Setor da Capital do Estado, onde está, o que faz, com que dinheiro faz, além de outras informações extremamente interessantes para eventuais ações de fomento ou de controle de tais

organizações, tanto por parte do Estado quanto pelo Mercado.

Vimos que:

– O Terceiro-Setor possui 35 mil empregos com carteira assinada contra 29 mil da indústria de mineração em todo o Estado.

– 1,5% do PIB da Capital, isto é, 3,5 bilhões de reais, são movimentados pelo Terceiro-Setor.

O diagnóstico provou estatisticamente dados que os dirigentes sabiam, mas a maioria da população nem imaginava.

Quando falo ONG, muitas pessoas se assustam e conectam a palavra às pessoas que reivindicam direitos humanos ou ambientalistas, que muitas vezes são barulhentas e atrevidas, deitam no meio de avenidas movimentadas em hora de intenso trânsito de veículos, invadem prédios, se amaram em navios e por aí afora. Não estou fazendo juízo de valor sobre tais ações, só estou dizendo que quando

usamos a expressão ONG para nos referir a Terceiro-Setor, a maioria das pessoas se lembra ou vincula o termo a tais ações/instituições.

O Primeiro-Setor, ou Governo, é o encarregado de funções públicas indelegáveis ao particular; o Segundo-Setor, ou Mercado, é aquele que se incumbem da produção e distribuição de bens e riquezas, enquanto o Terceiro-Setor são organizações sem fins de lucro, fazendo serviço público ainda que de direito privado.

Para termos uma ideia, são organizações do Primeiro-Setor, na área de saúde em Belo Horizonte – de responsabilidade do Governo – Pronto Socorro, Hospital João XXIII, Odilon Behrens, Risoleta Neves, dentre outros. Do Segundo-Setor – Mercado – com fins lucrativos: Mater Day, Life Center...

E do Terceiro-Setor na área de saúde: Santa Casa de Misericórdia (que engloba Hospital São Lucas); Fundação Mário Pena (dona do Hospital Luxemburgo também); Fundação Benjamim

Guimarães (Hospital da Baleia); Fundação Felício Rocho; Hospital Madre Teresa.

Na área de educação no Terceiro-Setor, só quatro exemplos são suficientes para vermos a força dessas organizações: PUC; FUMEC; UniBH e UNIFENAS, que são instituições sem fins lucrativos, – “mas elas cobram mensalidades tão altas, como podem ser sem fins lucrativos?” Precisamos esclarecer: sem fins lucrativos não significa não dar lucro, pelo contrário, tem que dar lucro, só não pode dividi-lo entre os associados ou gestores.

Temos então inúmeros exemplos nas áreas da educação, saúde, meio ambiente, etc., de organizações do Terceiro-Setor que cuidam desses interesses coletivos, e cuidam muito bem.

Insistirei nessa postura e tirei um pouco dessa miopia sobre o Terceiro-Setor, porque realmente muito me fascinou a partir do momento que tive esta percepção. Não que ele seja mais importante que o primeiro ou que o segundo, nem menos, mas por quê? O Estado é um espaço geográfico onde tem pessoas de forma organizada. Quando digo de forma organizada e pessoas, o que estou dizendo? Pessoa é quem?

Para a lei, para o direito, diferente da acepção na psicologia, personalidade é a capacidade da pessoa de exercer direitos e obrigações. Adquire personalidade aquele que tem direitos e obrigações. Agora, o que é pessoa numa associação, numa fundação? Pessoa jurídica. Mas, por que pessoa jurídica? Porque é criada pela lei, jurídica significa isso: criada pela lei, a mesma lei que lhe atribui direitos e obrigações.

A lei a qual me refiro é a lei que todo o país tem, é aquela que estabelece a forma como as pessoas existem e se relacionam na organização do Estado.

No nosso caso, o Código Civil Brasileiro. Vem expresso: “são pessoas jurídicas de direito público: a União, o Estado, Justiça Federal e Municípios.” Ou: “são pessoas de direito privado: as Associações, as Sociedades, as Fundações, as Organizações Religiosas e os Partidos Políticos.”

Bastam duas expressões para o nosso entendimento sobre sustentabilidade. Aplicam-se as duas e tudo estará resolvido: Gestão Profissional e Transparência Pública.

O Primeiro-Setor criou a lei, a lei criou a pessoa: pessoa Estado e pessoas jurídicas de direito privado.

Então, para ser do Terceiro-Setor é preciso ser: PESSOA (que tem direitos e obrigações); JURÍDICA (criada pela lei e devidamente registrada em repartição competente); DE DIREITO PRIVADO (não pode ser governamental); SEM FINS LUCRATIVOS (não pode distribuir lucros ou dividendos entre seus associados ou gestores e deve aplicar todas suas receitas nos seus objetivos e, por último, de INTERESSE COLETIVO (não particular), quesito que tem gerado grande confusão, porque não tem regra, uma lei a definir qual Terceiro-Setor merece especial atenção do Estado, seja em fomento, seja em controle.

Proponho a discussão dessa normatização para termos bem definidas duas situações: uma para o Estado definir a qual Terceiro-Setor deve ser dada especial atenção e outra para o estabelecimento de limites claros quanto

à possibilidade de interferência do Estado nessas pessoas jurídicas.

O Ministério Público interfere muito nas fundações, quase sempre para o bem, mas às vezes atrapalha. Se o Estado não atrapalhasse, ajudaria muito. Coisas boas deixam de ser feitas por causa da burocracia governamental ou excesso de exigências despidas de sentido prático.

A questão da prestação de conta das organizações que se qualificam como OSCIP² é uma coisa absurda, impossível de compreender. Elas prestam contas para três ou quatro órgãos ao mesmo tempo e cada um exige coisas diferentes. Temos que corrigir tal fato buscando uma regra que facilite a prestação de serviços coletivos, não várias que só emperram o atendimento de graves demandas sociais e ambientais.

A grande dificuldade, é definir o que pode ser entendido por interesse coletivo. Na forma que consta nossa legislação, os clubes de futebol, as igrejas, os partidos políticos, os condomínios de edifícios, as creches, as associações de moradores, tudo isso está incluído no que chamamos de Terceiro-Setor, pois todas são tecnicamente: pessoas, jurídicas, de direito privado, e sem fins lucrativos.

Uma pergunta que sempre faço: a associação dos Promotores de Justiça é de interesse coletivo ou particular? A associação dos Engenheiros é de interesse coletivo ou particular? Sindicato dos Trabalhadores da Indústria, interesse privado ou coletivo? A maioria das vezes, as pessoas respondem que são de interesse particular, só daquele grupo, fato que no direito chamamos de interesse mútuo, ou seja, o interesse que existe somente para os próprios associados.

Tais associações existem para cuidar dos interesses exclusivos dos próprios associados, não para cuidar de interesses





da coletividade. Nesse ponto sim, é interesse mútuo, não é interesse coletivo. Agora, se você pensar que é necessário que existam associações de classe e sindicatos, fica evidente o interesse coletivo de tais organizações.

Enfim, constituem o Terceiro-Setor associações e fundações, pessoas que a lei criou para formar o Estado, da mesma forma como foram criadas as outras duas pessoas, que são o Estado propriamente dito – o Governo – e o Mercado.

Sobre “Quem eu sou?” Já foi apresentada então uma primeira noção. Onde estou? É o segundo ponto.

Sabendo onde estamos, agora é preciso definir a função de cada setor. Tenho minha definição e cada um tem a sua, mas o conjunto da população brasileira precisa buscar uma forma de determinar o que queremos do Governo: se um Governo poderoso, provedor, que vai cuidar de saúde, educação, meio ambiente, tudo sozinho, ou um Governo neoliberal, que não vai cuidar de nada, só da burocracia governamental, ou ainda um “mais ou menos,” entre essas duas posições.

Eu acho que neste caso o melhor é o “mais ou menos”. Cada um cuidando um pouco de tudo, mas deixando para o outro o que não lhe compete. A sociedade precisa discutir isso!

Tecnicamente, o Governo Estado é o quê? Um setor encarregado de funções indelegáveis ao particular. Nenhum outro pode e não deve se meter a fazer suas funções. Já o Governo pode, eventualmente, fazer funções de Mercado e de Terceiro-Setor.

Recentemente, na propalada crise econômica mundial, os Governos compraram ações de grandes companhias, adquiriram bens e entregaram para as pessoas, em função do Mercado. Governos são pródigos em fazer papel

de Terceiro-Setor, ganham medalhas de assistência social com distribuição de cesta básica, bolsa família...

Sem ideologia política, procurarei definir o que quero de Governo, de Mercado e de organizações sem fins lucrativos: Governo cuida de governar; Mercado cuida de financiar; Organizações sem fins lucrativos cuidam de fazer questões sociais e ambientais dentro das suas competências. Enfim, governar vem de navegar. O navegador não é o remador, é o que dá o rumo para onde vai e de onde veio.

Sem fins lucrativos não significa não dar lucro, pelo contrário, tem que dar lucro, só não pode dividi-lo entre os associados ou gestores.

A primeira, a mais importante, e talvez a fundamental responsabilidade social de uma empresa é o lucro. A instituição tem que ser lucrativa, caso contrário não vai pagar seus fornecedores, registrar seus empregados em carteira, fazer produtos de qualidade, cuidar do seu entorno. Vai quebrar e ser uma irresponsabilidade.

Com a nossa formação cristã ocidental, temos o lucro como pecaminoso, pois, como diz o ditado bíblico: “mais fácil um camelo passar no fundo de uma agulha, do que um rico entrar no reino do céu.” No entanto, no caso de empresa, não é impuro, não é pecaminoso o lucro, é obrigação, porque responsabilidade significa obrigação.

Quando falamos Governo, lembramos de executivo, legislativo, vereador,

prefeito, governador, deputado. Mas, o que move o Governo a fazer uma ação? O executivo ou legislativo? Por que acreditam que o Governo de Betim ou do Estado ou a própria União ajuda projetos da Ramacrisna, ou de qualquer outra organização? Acha que o governante está tendo um coração bom? Uma visão messiânica que tem que ajudar as pessoas? Ou acha que ele vai colocar isso na propaganda governamental e render votos?

Vai render votos para ele e para o candidato dele, claro! Lógico, que precisamos despudorar o discurso, pois é voto mesmo, e tem que ser. Enfim, voto para quem faz essas coisas com o maior prazer, voto porque faz bem e faz bem porque eu voto.

No Governo, é o combustível é o voto, para o Mercado, é o lucro. Uma empresa não vai investir em projetos porque é bonito e sim porque dá lucro, e é preciso mostrar que isso é possível aos empresários.

O Terceiro-Setor deve ser bom vendedor e oferecer Mercadoria boa. Por exemplo: o terno que uso. Quando cheguei à loja, o vendedor não precisou fazer nada, porque assim que analisei a mercadoria percebi que era de qualidade. Produtos de qualidade são fáceis de serem vendidos. Não adianta querer repassar um produto ruim, vender miséria, menino drogado, prostituição infantil. A empresa não quer vincular isso a sua imagem.

Por exemplo, em 1986, existiam muitos pivetes pelas ruas e os Dirigentes de Lojas se reuniram para discutir tal situação que lhes causava grandes prejuízos, tanto pelos furtos quanto pela ausência de clientes temerosos de agressão. Tentaram, em primeira instância, com apoio de aparato governamental, usaram a força e não adiantou. Mesmo assim, eles voltavam e assaltavam os fregueses das

lojas, ficavam piores, mais violentos. Até que alguém teve a brilhante ideia de formar uma organização para cuidar desses menores infratores. Essa mobilização teve como propulsor melhorar a situação dos comerciantes, ter menos ladrão na porta das lojas e dar lucro.

Vendo um produto que se chama APAC (Associação de Proteção aos Condenados), uma cadeia que não tem polícia, arma, segurança. Os presos cuidam da limpeza do prédio, da própria comida, todos são obrigados a trabalhar e estudar, não tem muro e os detentos ficam com as chaves do prédio.

Não há seleção de preso. O primeiro que abriu a porta para mim e para o Governador de Minas Gerais (que na ocasião era secretário de planejamento e gestão), em Itaúna, era um latrocidado condenado há 23 anos por roubar e matar. Enfim, esse produto dá lucro, os empresários querem muito ter uma APAC na cidade, por que diminui a criminalidade e a reincidência.

Só pra ter uma ideia do que eu estou falando, irei vender meu produto e vocês comprarão porque ele é bom, não porque sou bom vendedor.

Segundo dados estatísticos, das pessoas que cometem crimes e são condenadas, de cada 100, 85 voltam a cometer novo delito. Outra informação, não oficial, apenas impressões fundamentadas, dessas 85, mais de 60 cometem crimes mais graves que o anterior.

Por quê? Simplesmente porque é colocado numa situação horrível, e piora. Criar uma vaga na cadeia comum custa R\$ 36.000,00 e os contribuintes arcam com, no mínimo, para manter uma pessoa reclusa, R\$ 1.800,00 fora outros benefícios como bolsa família, auxílio para cada dependente. Estes valores podem ser conferidos na Secretaria de Defesa Social.

Então, se 85% cometem outro crime, se 60% cometem crime mais grave, o policial que prendeu, o promotor que denunciou, o juiz que condenou, o executivo que encarcerou deviam ser processados por improbidade administrativa, pois estamos administrando mal o recurso público e usando o dinheiro do contribuinte para piorar as pessoas. Não tem lógica isso! Só teria algum sentido se não tivesse outra opção, no entanto, existe alternativa: a APAC. O que é APAC? Uma prisão.

O Terceiro-Setor deve ser bom vendedor e oferecer mercadoria boa.

Nesta associação, cada preso custa ao Estado R\$ 530,00 mensais e uma vaga, para ser construída fica, em R\$ 8.000,00. Um quarto do valor que se gasta numa prisão tradicional. E o mais importante, na APAC, constituída há mais de 20 anos e funcionando bem, a reincidência é de 7% – a menor do mundo. É um dado impressionante e vale ressaltar que esses sete, em geral, cometem crimes menos graves ou iguais aos que os levaram à condenação.

Enfim, esse é o produto que todo mundo quer comprar. Para o Estado é uma maravilha, pois economiza e as pessoas saem de lá melhores. Não gasta tanto dinheiro e funciona... Os voluntários adoram ir para lá, pois, tem dentista, professor. Funciona e dá voto para o Governo.

Quando o Professor Anastasia (Governador do Estado de Minas Gerais) conheceu a APAC em Itaúna, há cinco anos, existiam três unidades em funcionamento. Apesar de programado apenas 30 minutos de visita, esta se estendeu das 9 às 13h30. Na volta a

Belo Horizonte, me questionou: “Quanto fica uma APAC? Um prédio de uma APAC?” Eu não tinha a menor noção. Do meu lado estava Joaquim Alves de Andrade, coordenador do projeto da APAC do Tribunal de Justiça – Projeto Novos Rumos. Eu lhe perguntei: “O senhor sabe professor?” “Não faço ideia,” disse ele.

Respondi ao então Secretário Estadual de Planejamento de Minas Gerais que ficaria em cerca de R\$ 500 mil cada unidade. Ele imediatamente exclamou que, no mês seguinte, iria liberar R\$ 5 milhões de reais para a construção de 10 APACs. Eu e o professor, superfelizes, pensamos em economizar e fazer 12, só que são gastos R\$ 1,1 milhão para fazer uma APAC. Começamos fazendo 5, e hoje, são 30 construídas, mais de 50 em construção, e tem mais de uma centena projetadas.

Essa evolução foi possível graças aos R\$ 5 milhões daquele dia, seguidos de outros R\$ 8 milhões e depois mais R\$ 12 milhões. Agora, nem sei exatamente qual o orçamento destinado ao projeto Novos Rumos, mas é também um valor significativo. Ou seja, vendemos uma Mercadoria boa.

O Mercado adora a APAC, por quê? Primeiro que contrato de preso não tem obrigações sociais, é mais barato. Por exemplo, a Fiat Automóveis é uma grande empregadora de presos, pois, por uma peça do seu carro tem que passar uma agulha bem fina, e esse serviço é manual. Essas peças vão para a APAC e todos os interessados aprendem e fazem, é um volume grande. A Fiat paga menos por ele, o empregado não falta ao serviço, trabalha de domingo a domingo, está lá todo dia, não tem licença médica, não tem atestado, a cada três dias de trabalho, ele diminui um da pena. É o jogo do ganha-ganha, eu ganho, ele ganha, o preso ganha.

Se não der voto e não der lucro, o Governo e o Mercado não vão entrar

no projeto. Não tem sustentabilidade vender o produto que eles não querem comprar.

Mas “quem eu sou?” ficou mais ou menos esclarecido, “onde eu estou?” parece que também. O primeiro é o Governo – administrador, o segundo é o Mercado – lucro – e o Terceiro-Setor – executor de projetos nas áreas sociais e ambientais.

Aqui, temos a história da grande floresta que pegava fogo e onde os animais e as aves, em desabalada correria, fugiam em direção ao lago, enquanto o beija-flor (um dos animais mais bonitos que Deus fez e tem uma característica maravilhosa: ele para no ar, voa para frente e para trás, é quase uma perfeição) ia ao lago, mergulhava e voltava ao fogo, dava uma cuspidinha, ia e voltava repetidas vezes. Vendo aquilo, outro animal lhe perguntou: “O que você está fazendo?” O beija-flor respondeu: “Estou apagando um incêndio na floresta.” “Olha, mas você desse tamaninho, acha que vai conseguir? Que força, que coragem! Como é que você acha

que vai dar conta disso? Você é uma insignificância.” Ai, aquela coisa dramática. “Estou fazendo a minha parte, se cada um fizer a sua, a floresta será salva”, disse o beija-flor.

Alguém concorda com uma tolice dessa? Se estivéssemos falando em apagar o fogo de uma vela pode ser, mas estou me referindo a uma floresta. Alguém acredita que um beija-flor apaga o fogo de uma floresta? Dois beija-flores? Dez? Mil? Dez mil? Cem mil? Eles vão aumentar o fogo, pois voam depressa e o vento provocado pelo seu bater de asas acelera a combustão.

Em alguns países da África, foram criadas tantas organizações sem fim lucrativo que estão ingovernáveis. Não é só criar ONG, tem que ter cuidado. É como o beija-flor apagando o fogo. Como aquela corriqueira cena: não tem mais o que fazer na vida, a mulher chega em frente a televisão e fala: “O sonho da minha vida é criar uma ONG para cuidar de crianças.” E nós vamos ajudar, iremos financiar, porque está na televisão, aquele negócio de campanha anual.



Pessoas num ambiente é um ponto de interseção importantíssimo, somos pessoas num ambiente.

O beija-flor apagando fogo vai morrer queimado ou desanimar, porque não é sua função apagar fogo. Se você tem essa pretensão de apagar o fogo e você é beija-flor, beija-flor é líder, e líder voa alto, rápido, para trás e para frente, penetra nos lugares mais difíceis, as pessoas gostam de estar com você, é agradável.

De metáfora para metáfora, também muito interessante e oportuno falar dos “Meninos que estavam se afogando no rio”: Tinha duas pessoas na margem de um rio caudaloso, sujo de enxurrada. Para cima do lugar em que estavam, existia uma curva. De repente, surge nessa curva uma criança morrendo afogada. Um dos pescadores pula no rio, pega a criança, leva-a para a margem e salva a vida dela. Quando ele chega, tem mais dois meninos morrendo afogados, na mesma curva do rio. Os dois pescadores, agilmente, valentemente saltam no rio, nadam naquela correnteza forte e salvam as duas crianças. Chegando à margem, aparecem na curva do rio, agora, três crianças se afogando. Os dois nadam e salvam dois meninos e outro menino afunda nas águas do rio e morre. Novamente, aparecem quatro meninos morrendo afogados, dois são salvos, dois morrem. Quando os pescadores já estavam na margem do rio, aparecem outros cinco meninos se afogando, se debatendo. Um dos pescadores pula no rio e vai nadando em direção aos meninos, o outro sobe o barranco pela margem. O que pula no rio estranha a atitude e grita desesperado: “Meu Deus, você

não vai me ajudar? Vamos salvar os meninos.” O que sobe pela margem responde assim: – “Irei lá em cima ver quem está jogando essas crianças na água, vou tentar impedir que joguem mais meninos no rio.”

A questão é: tem que cercar sim, mas se ficar só cercando, vai morrer cansado e desanimado. Se não reunir federação, associação de associações, não vamos conseguir sucesso, porque não vamos evitar que joguem meninos no rio. Em ano de eleição é apropriado para “ir lá em cima e ver quem está jogando meninos.”

Essas metáforas, acredito, são importantes reflexões para quem está exercendo o papel de gestor no Terceiro-Setor, pois, não é deixar de fazer as coisas, mas otimizar o que se faz, ter administração profissional e transparência pública. Sustentabilidade gera resultado, resultado gera sustentabilidade.

Não é fazer para, é fazer com, fazer por oportunidade, essa é a frase da Dona Geralda que eu tive de gravar, co-construir, fazer com.

O Governo é pessoa jurídica de direito público, mas do que é constituído? De pessoas. Eu sou Governo, sou Tomáz de Aquino Resende, Procurador de Justiça, sou do Governo e sou pessoa, carne e osso, vivendo num ambiente com outras pessoas. Da mesma forma que o mercado ou o Terceiro-Setor é feito de pessoas que convivem no mesmo ambiente.

Pessoas num ambiente é um ponto de interseção importantíssimo. Somos

pessoas num ambiente. E, sendo assim, não existe nenhum sentido em o Estado criar pessoas e estabelecer suas finalidades, se tais pessoas não cuidem para que o ambiente seja bom para as próprias pessoas. É óbvio para qualquer setor, seja Terceiro-Setor, Segundo-Setor, Primeiro-Setor, Quinto-Setor, o que tiver.

Vou fazer aqui um parêntesis sobre uma questão que me incomoda: são alguns termos utilizados para definir Terceiro-Setor – Instituto e ONG.

Instituto é gênero onde cabe qualquer organização humana: a igreja é um instituto, a família é um instituto, uma organização sem fins lucrativos é um instituto. Instituto é nome que se dá a determinadas pessoas. Por exemplo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é um ente federal do Primeiro-Setor, Instituto Airton Senna é uma fundação de direito privado, Instituto Newton Paiva é uma empresa com fins lucrativos, Instituto Hartman Rgueira é uma associação sem fins lucrativos.

Já o termo ONG foi incorporado ao nosso vocabulário no início da década de 90 e acabou massificado de forma pejorativa. Apesar de ONG (Organização não Governamental) ser uma coisa boa.

O Senado da República tem um projeto, PLS7, que já se encontra na Câmara dos Deputados, no qual um dos seus artigos rege o seguinte: “Todas as ONGs deverão ser cadastradas no Ministério da Justiça e serão fiscalizadas pelo Promotor da Comarca.”

Certamente, essa lei não vai ser aplicada, porque ONG não é pessoa jurídica. Quem vai se cadastrar? Quem vai ser fiscalizado? Por que a Fiat Automóveis é uma ONG? Pois é uma organização que não é do Governo. A quadrilha de

É a miopia com relação aos problemas sociais e ambientais da maioria de nós que, às vezes, coloca esse mundo, nossa cidade, nosso estado, insustentáveis.

bandidos do Fernandinho Beira Mar é uma organização não-governamental. Se for quadrilha de servidores públicos, não é ONG, porque é do Estado. Dessa forma, é necessário se referir, quando for o caso, a ONG do Terceiro-Setor para melhor esclarecimento.

A roda gira da seguinte forma: Governo governando, Mercado financiando, pessoas fazendo, exemplo rápido e não achei outro até hoje: Gisele Bündchen fez um desfile de moda no segundo semestre do primeiro mandato do Governo Lula, quando o presidente lançou o programa Fome Zero. A modelo recebeu um cachê e doou (não sei se todo ou uma parte) R\$ 150 mil reais para o Programa Fome Zero. Entregou ao Ministro Márcio Tomas Bastos a primeira doação para o Programa no Brasil.

Aquele cheque ficou na mão do ministro por três meses, não que o ministro seja descuidado ou desonesto. Naquele ano nosso Presidente da República, que tem o costume de antecipar os fatos, anunciou o Fome Zero antes de o programa ser institucionalizado, então tem uma doação para o Fome Zero sem ter o Fome Zero.

Mas então, esse cheque ficou com o ministro até que se institucionalizou o programa, porque se não institucionalizasse onde é que ele ia depositar o cheque? Que conta ia sair? Não



Produção do presente para o Dia dos Pais na Oficina de Grafite do Programa “BEBB”.

tinha jeito, o cheque foi depositado, compensado, foi para a ponta.

A demanda do Fome Zero foi atendida, ninguém tem dúvida disso, não tem desonestidade, apenas uma ou outra besteira de um ou outro palhaço de vereador de alguma cidadezinha, mas vira notícia em rede nacional. Quem for contra o Programa Fome Zero só pode ser um endemoniado. Não tem lógica ser contra alguém propor dar alimento para quem está com fome. É uma missão Cristã e quem faz isso, só faz bem.

Uma parte desses R\$ 150 mil foram gastos na atividade de meio, tem então o ministro, a secretária do ministro, tem

Promotor de Justiça para fiscalizar, tem o agente que tem de visitar as famílias, tem o fiscal que tem de vigiar, pronto não é isso? Então, gasto R\$ 30 mil com atividade meio, como isso poderia ser evitado? Gastar esses R\$ 30 mil que seriam tão úteis para as pessoas comerem? Fazendo a Intersetorialidade, o Governo faria a regra, governaria, como ele faria a regra?

Artigo primeiro: fica criado o Programa Fome Zero no Brasil para levar alimentos aos que passam fome. Artigo segundo: toda pessoa física que doar para o Fome Zero terá isenção total de Imposto de Renda. Artigo terceiro: toda pessoa jurídica

Gestão Profissional e Transparência Pública fazem bons resultados, fazem sustentabilidade.

que doar para o Fome Zero, além de ter isenção total de imposto de renda, vai vincular seu nome ao Programa governamental do Fome Zero. Artigo quarto: a aplicação do programa será feita por uma instituição que tenha *expertise* nesse assunto e mais de dez anos de existência. Artigo quinto: a fiscalização da aplicação dos recursos

será feita no município com acompanhamento do Promotor de Justiça da Comarca. Revogam-se as disposições em contrário.

Ter esperança é muito importante mesmo, nós vivemos de ter esperança, mas, mais importante que ter esperança é ser esperança, e ser esperança é fazer alguma coisa para mudar a realidade que nos incomoda.

O Governo fez a lei, a regra clara, o objetivo aplicado; o Mercado deu o cheque, entrega o cheque para Dona Zilda Arns. Em quanto tempo e quando chegaria na ponta? Tudo no mesmo dia. Temos gente que faz isso com muito mais capacidade que o Governo. Agora, é claro, essa é uma luta que vamos ter que ter. É uma questão política, uma questão ideológica, porque nenhum governo vai querer abrir mão deste verdadeiro "curral eleitoral".

Então, é uma discussão que temos de entrar, todos do Primeiro, Segundo e Terceiro-Setor, porque acreditamos que alianças intersetoriais podem dar sustentabilidade ao Estado, ao País.

Fico por aqui com três frases, uma da Dona Geralda da Asmare, uma do Dom Serafim e outra minha mesmo.

Dona Geralda, uma pessoa inteligentíssima, me proporcionou uma das melhores aulas que já tive até hoje.

Famosa catadora de lixo doméstico, que é um dos principais problemas ambientais no mundo hoje: "Eu queria falar uma coisa: concordo com tudo que vocês estão falando, só que este negócio de resgatar, se entendo bem, a gente resgata o que a gente perdeu, não é? Alguém disse que sim e ela continuou: "Eles nunca tiveram não-doutores, nós temos é que co-construir."

Não é fazer para, é fazer com, fazer por oportunidade. Essa é a frase da Dona Geralda que tive que gravar, co-construir, fazer com.

Dom Serafim estava na Uni-Bh participando de uma mesa cujo tema era Esperança. Vai eu de novo, o presunçoso, agora com Dom Serafim. Eu dizia: "Esperança, esperança é a luz que ilumina as pessoas, esperança é o combustível da nossa vida, não existiríamos se não houvesse esperança, esperança é o que nos move, esperança de vir aqui e ver essa sala cheia nesta manhã, esperança que os palestrantes falassem bem e que não cansassem a matéria. A esperança que vocês saíssem daqui com um conteúdo bom, esperança que seja um dia agradável, que não seja muito frio, vivemos só disso, mesmo antes de nascer, a mãe querendo que o filho nasça com saúde." Falei da esperança tão bonito, fiquei todo empolgado e o Dom Serafim veio igual à Dona Geralda: "Você está certo Tomáz..."

Neste instante, tenho que fazer um parêntesis também, porque ele é verdadeiro e engraçado ao mesmo tempo: "Eu nasci no Oeste de Minas, em Santo Antônio do Monte, terra dos foguetes, de Magalhães Pinto e de outros personagens. Nasci na roça, a 40 km de Santo Antônio do Monte, na mão de uma parteira, em um casarão

assombrado, em uma roça chamada Grotadas. Minha esposa me levou para Fernando de Noronha e perguntou: "O que você achou daqui?" Eu respondi: – "Prefiro as Grotadas, pois é uma grota, chama grotadas, porque é grota mesmo." Então, nasci nas Grotadas, Santo Antônio do Monte, Minas Gerais, Brasil, sou Promotor de Justiça e sou Atlético. Ninguém entende mais de esperança que eu. A minha vida é ter esperança, vivo de esperança e nesse sentido falei da esperança."

Dom Serafim então disse: "Tá certo Tomáz, ter esperança é muito importante mesmo, nós vivemos de ter esperança, mas, mais importante que ter esperança é ser esperança, e ser esperança é fazer alguma coisa para mudar a realidade que nos incomoda."

Co-construir sendo esperança, co-construir sendo esperança, agora falo isso com toda tranquilidade, com toda certeza. Nosso Coronel, Comandante Álvaro me proibiu de aposentar. Eu não queria aposentar mesmo porque acho que não tenho o direito de aposentar, não o direito legal, direito administrativo, mas o direito de não trazer para as pessoas o que eu vi depois que vocês me puseram a visão, me puseram os óculos. Fazer alguma coisa por essas questões sociais ambientais, por essas questões dramáticas de 100 mil crianças morrendo por ano, grande parte por questões evitáveis, de um meio ambiente degradado, conjuga-se na primeira pessoa do singular, ou eu faço ou não vai acontecer. ■

¹ ROSA, João Guimarães. *Manuelzão e Miguilim*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

² OSCIP: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

* Procurador de Justiça (MPE/MG) Coordenador do CAOTS.

O que fazer com as toneladas de resíduos eletroeletrônicos que estamos gerando?

Susane Meyer Portugal*

O desenvolvimento tecnológico das últimas décadas tem trazido, como uma de suas consequências, o acesso a uma infinidade de equipamentos elétricos e eletrônicos, que nos proporcionam, de modo geral, conforto e lazer. São computadores, celulares, máquinas de lavar roupas, aparelhos de DVD, videogames, etc., que fazem, cada vez mais, parte do nosso dia-a-dia.

Porém, com a variedade e consumo desses equipamentos crescendo de maneira exponencial, somado a tempos de obsolescência cada vez menores, temos um resultado inevitável: a geração de toneladas de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrônicos (REEE).

Uma estimativa da UNEP (2007) aponta que o mundo gera entre 20 e 50 toneladas desses resíduos por ano, o que representa cerca de 5% dos resíduos sólidos urbanos gerados. Na Europa, estima-se que a geração de REEE seja de 14 kg a 15 kg por habitante por ano.

No projeto 3RsPCs – Resíduos Eletroeletrônicos, do Centro Mineiro de Referência em Resíduos (CMRR) e da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), foi realizado um diagnóstico para estimar a geração de REEE em Minas Gerais e no Brasil. Os resultados mostram que o Brasil produz quase 700 mil toneladas desse resíduo por ano, e Minas, cerca de 10% desse valor. Já a Região Metropolitana de Belo Horizonte gera quase 20 mil toneladas de REEE, conforme quadro a seguir, com um resumo dos resultados.

Local	Todos os REEE pesquisados ¹			TICC ²		
	Geração atual	Per capita média	Acumulado de 2001 a 2030 (Projeção)	Geração atual	Per capita média	Acumulado de 2001 a 2030 (Projeção)
Brasil	678.960 t/ano	3,4 kg/hab	22,4 milhões de t	202.450 t/ano	1,0 kg/hab	6,6 milhões de t
Minas Gerais	68.633 t/ano	3,3 kg/hab	2,2 milhões de t	21.240 t/ano	1,0 kg/hab	677 mil t
RMBH	19.700 t/ano	3,7 kg/hab	625 mil t	6.230 t/ano	1,1 kg/hab	194 mil t

¹ telefones celular e fixo, televisores, computadores, rádios, máquinas de lavar roupa, geladeiras e freezer.

² equipamentos de tecnologia da informática e comunicação e equipamentos de consumo (telefones celular e fixo, televisores e computadores).
Fonte: Diagnóstico da Geração de Resíduos Eletroeletrônicos no Estado de Minas Gerais (FEAM & EMPA, 2009).

preservação ecológica

Acredita-se que esses dados estejam subestimados, pois a pesquisa teve como principal base de dados o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que considera se um domicílio possui ou não determinado equipamento (contabilizando apenas "um"). Além disso, não foram considerados os setores públicos e privados, devido à ausência de dados secundários.

De qualquer maneira, a quantidade apontada não é desprezível e a tendência parece ser o aumento crescente da geração de resíduos eletroeletrônicos em todo o mundo. Isso traz um desafio: **o que fazer com a montanha de resíduos eletroeletrônicos que estamos gerando?**

Os REEE são constituídos, de um lado, por materiais que podem e devem ser reciclados, como ouro, prata, alumínio e cobre.

Por outro, esses resíduos também contêm substâncias perigosas, como metais pesados (chumbo, cádmio, mercúrio, etc.) que, se deixados no ambiente, contaminam solos e água, podendo ocasionar uma série de doenças no homem, incluindo neurológicas e renais.

Pelo fato desse tipo de resíduo possuir materiais com alto valor econômico, a reciclagem (ao menos de uma parte) acaba sendo favorecida. A China é o país considerado o maior importador e reciclador de resíduos eletroeletrônicos do mundo, porém, realiza esse trabalho, em sua maior parte, de maneira inapropriada. São utilizados, por exemplo, banhos de ácidos para tentar recuperar metais de placas de circuito impresso, ocorrendo a contaminação das pessoas e do ambiente. Também é colocado fogo

em fios e cabos para tentar recuperar o cobre, liberando dioxinas e furanos, substâncias extremamente tóxicas.

Existem também exemplos de bom gerenciamento de REEE, como é o caso na Europa. Lá, há uma diretiva europeia específica sobre esses resíduos, a 2002/96/CE de 2003, que se baseia no princípio da Responsabilidade Estendida do Produtor. Ou seja, a responsabi-



A cada ano, aumenta o Resíduo Eletrônico.

lidade pelo gerenciamento adequado de resíduos eletroeletrônicos recai sobre fabricantes e importadores dos equipamentos.

Os sistemas na Europa funcionam basicamente da seguinte maneira: os fabricantes e importadores se associam e terceirizam o gerenciamento dos REEE para uma espécie de associação sem fins lucrativos. Esta contrata, controla e remunera pontos de coleta, sistema logístico e recicladores. O recurso para manter tais sistemas vem da cobrança de pequenas taxas embutidas nos preços dos equipamentos no momento da venda.

No Brasil, ainda não existe um sistema de gerenciamento desses resíduos, muito provavelmente porque ainda não há uma legislação ou regulamentação específica sobre o tema. Mas

estamos em vias de aprovar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (que vem sendo discutida desde 1991), o que representará um grande avanço para lidar com o tema³.

Existem também projetos de lei específicos sobre resíduos eletroeletrônicos em vários estados, incluindo Minas Gerais. Em alguns estados, como São Paulo e Mato Grosso, já viraram lei. Mas a percepção é que ainda não há mudança significativa na prática.

O que encontramos de concreto aqui no País são, por exemplo, algumas empresas que realizam a descaracterização de REEE, dando garantia de destinação adequada destes. Geralmente elas prestam serviço para outras empresas, cobrando por isso. É possível encontrar uma lista dessas empresas no site do

CEMPRE (www.cempre.org.br).

Alguns fabricantes de equipamentos eletroeletrônicos já realizam a manufatura reversa de seus equipamentos no Brasil. É possível verificar esta informação no site de cada empresa. Há iniciativas como o projeto Papa-Pilhas, do Banco Real (agora Santander), que disponibiliza coletores de pilhas e baterias em todas as agências da rede e também um no CMRR, enviando os resíduos para reciclagem. Além disso, lojas próprias de operadoras de celular costumam receber aparelhos e baterias para serem reciclados.

Resíduos eletroeletrônicos também têm sido entregues a catadores de materiais recicláveis, que, geralmente, os desmontam, retirando o que é comercializável (alumínio, cobre, placas de



A população não sabe o que fazer com os computadores antigos.

circuito impresso, etc.), e destinam o restante para a coleta das prefeituras. Estas, então, destinam esse material (por exemplo, tubos de imagem de monitores, com cerca de 1,5 a 2 kg de óxido de chumbo), junto com outros resíduos sólidos urbanos, a aterros sanitários, controlados ou lixões. Especialmente nesses últimos dois casos, há grande risco de contaminação do solo e da água.

Outras iniciativas que podem ser encontradas, mais especificamente em se tratando de computadores e equipamentos de informática, são projetos de condicionamento e doação para inclusão digital. Essa é uma atividade

nobre, que cria novas oportunidades e prolonga a vida útil dos equipamentos. Mas é importante lembrar que não é uma solução definitiva para o problema, devendo ser doados apenas equipamentos em condições de uso.

Exemplos de organizações que realizam esta atividade são o Comitê para Democratização da Informática (CDI) e os Centros de Recondicionamento de Computadores (CRCs,) que podem ser encontrados em várias cidades do Brasil. No Projeto 3RsPCs, em Belo Horizonte, é realizado um curso de recondicionamento de computadores, em que são utilizadas máquinas obsoletas provenientes de prédios do Governo do Estado.

preservação ecológica

Essas iniciativas existentes no Brasil não são suficientes para dar destinação adequada aos resíduos eletroeletrônicos que estamos gerando. Aparentemente, apenas uma pequena parte é encaminhada para reciclagem, uma parcela fica guardada em casa ou nas empresas e o restante está indo para aterros, lixões, lotes vagos e outros destinos inadequados.

Para mudar a situação é preciso que haja leis e regulamentações específicas sobre o tema. Nesse sentido, foi constituído, pelo Projeto 3RsPCs, um grupo de trabalho (GT) com representantes da indústria, governo, academia, ONGs e recicladores que, ao longo de 2009, elaborou uma minuta de resolução para o gerenciamento adequado de REEE no Brasil. A minuta foi encaminhada ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), para constituição de outro GT, dando continuidade às discussões com os setores interessados, agora em âmbito nacional. ■

*Graduada em Administração e especialista em Tecnologia Ambiental pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Atualmente é gestora do Projeto 3RsPCs – Resíduos Eletroeletrônicos, vinculado ao Centro Mineiro de Referência em Resíduos (CMRR) e à Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM). susanemportugal@gmail.com

³ Em 2 de agosto de 2010 foi aprovada a Lei nº 12.305 que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Espaço de Eventos Veredas



ÁREA VERDE



AUDITÓRIO



QUARTO



PISCINA



QUADRA



TOTÓ



SINUCA



PING-PONG

O Espaço de Eventos Veredas é ideal para diversão entre familiares e amigos, ou simplesmente relaxar na tranquilidade que a natureza oferece. Com infraestrutura completa, é uma ótima opção para a realização de seu Evento.

- AUDITÓRIO PARA 200 PESSOAS,
- QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA,
- PISCINA E SALA DE JOGOS,
- HOSPEDAGEM E ESTACIONAMENTO PRÓPRIO.

AGENDE SUA VISITA!
Rua das Chácaras, nº 6, Bairro da Mantiqueira.
31 3456.6855 | veredasfgr@fgr.org.br

Reciclagem de lixo eletrônico: um desafio crescente

Tereza Cristina M.B. Carvalho*
Mauro César Bernardes**

O tema "reciclagem de lixo eletrônico" tem sido muito discutido, pois há uma evidência cada vez maior sobre o problema crescente de acúmulo de resíduos sólidos oriundos de equipamentos eletroeletrônicos. Este acúmulo de resíduos deve-se à substituição de equipamentos por obsolescência, mau funcionamento ou mesmo pelo impulso do consumidor de possuir algo mais moderno e atual ou, ainda, pelo surgimento contínuo de novidades tecnológicas atraentes ao público em geral.

Recentemente, a Organização das Nações Unidas (ONU) chamou a atenção para o problema do lixo eletrônico no Brasil ao publicar o resultado de um estudo realizado em 2009 envolvendo 11 países em desenvolvimento¹. Apesar das muitas críticas aos dados deste relatório, este sensibilizou o governo e as empresas produtoras de lixo e foi muito bem-recebido pelos ambientalistas.

No Brasil, segundo o CGI.br, no período 2005–2006, somente 16% dos domicílios tinham computadores e 12% tinham acesso a Internet. No período de 2007–2008, estes valores subiram para 29% e 35%². No caso de celulares, em 2007, o Brasil atingiu a marca de 120,98 milhões de assinantes evoluindo para R\$ 175,600 milhões em 2010, segundo a Anatel³. Tais equipamentos têm um tempo de vida cada vez menor.

Neste contexto, surgem questões como:

- O que fazer com o volume crescente de lixo eletrônico? Como diminuir ou eliminar os danos criados por este lixo?

- Como se garante o fim sustentável, pelo reuso, descarte ou reciclagem?

- Quais tipos de parcerias devem ser estabelecidos com fornecedores de equipamentos eletroeletrônicos e empresas de reciclagem para resolver a problemática do lixo eletrônico?

Como resposta às estas questões, foi criado o Centro para Descarte e Reuso de Resíduos de Informática (CEDIR) na USP.

O CEDIR

O projeto do CEDIR teve como objetivos definir e implantar práticas de

reuso, descarte e reciclagem dos bens de informática e telecomunicações que ficam inservíveis nos diversos campi da USP, criando uma cadeia de transformação destes bens, viabilizando o equilíbrio entre a geração e o processamento sustentável de lixo eletrônico.

O CEDIR opera segundo as seguintes etapas (Figura 1):

- **Coleta e Triagem:** coleta dos componentes e equipamentos eletroeletrônicos da comunidade USP e do público em geral e testes para verificar sua operacionalidade. Caso ainda possam ser úteis, são encaminhados para Projetos Sociais e ONGs credenciadas na USP. Caso não haja possibilidade de reaproveitamento, serão encaminhados para a etapa de **Categorização**.



Figura 1: Fluxograma - Descarte de equipamentos no CEDIR

- **Categorização:** realização do pré-processamento da coleta, incluindo as atividades de: **pesagem, desmontagem, separação de componentes** (por exemplo, placas de circuito impresso, peças metálicas e plásticas), **descaracterização** (por exemplo, destruição de discos para evitar a recuperação indevida de suas informações), **compactação e acondicionamento** para facilitar o transporte, e, por último, **pesagem por tipo de material**.

- **Reciclagem:** Os componentes separados e descaracterizados anteriormente são encaminhados para indústrias de reciclagem para seu tratamento. Assim, peças metálicas e plásticas são enviadas para diferentes indústrias de reciclagem, credenciadas pela USP.

Resultados Obtidos

O CEDIR foi inaugurado em dezembro de 2009. No início de sua operação, só eram aceitos equipamentos da comunidade USP. Em abril de 2010, foi aberto para o público em geral, aceitando-se equipamentos de quaisquer pessoas físicas.

O gráfico abaixo apresenta o volume, em unidades, de itens recebidos no

ano de 2010. Pode-se observar que houve um crescimento exponencial de demanda desde o início de operação até maio. Em junho, houve queda por fatores externos; como início das férias escolares, concomitantemente com a realização da Copa do Mundo.

O projeto do CEDIR é uma iniciativa pioneira em termos de órgão público e de instituição de ensino superior, tendo recebido Menção Honrosa na categoria Inovação do Prêmio Mário Covas em 2009 e o Prêmio na mesma categoria em 2010.

No atual estágio de operação, estamos trabalhando na otimização dos processos de triagem e categorização, como também definindo melhor as parcerias com empresas de reciclagem. Além desta iniciativa, a USP criou o conceito de "Selo Verde", que é atribuído a todo equipamento adquirido pela USP. Este conceito de "verde" considera características presentes no produto comercializado e na empresa fornecedora. Sua fabricação deve seguir padrões de gestão ambiental como RoHS e ISO 14001, não empregando substâncias tóxicas, como chumbo e cádmio, e apresentando menor consumo de energia,

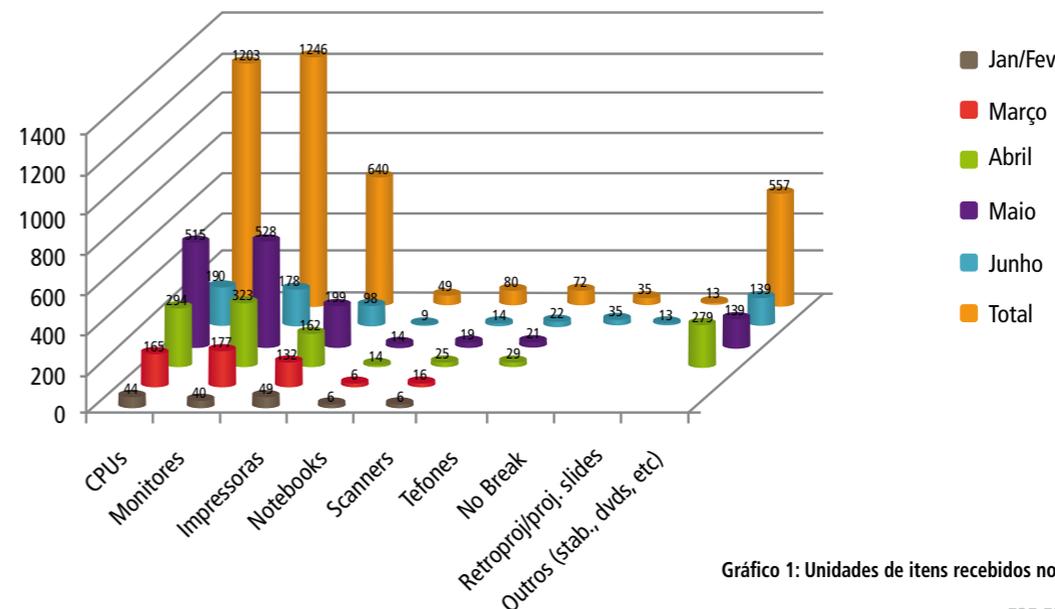


Gráfico 1: Unidades de itens recebidos no CEDIR em 2010.

quando comparado com produtos similares.

Concluindo, precisamos atuar na cadeia de valor completa do ciclo de vida de um produto incluindo sua produção, distribuição, reuso e descarte.

REFERÊNCIAS:

- 1 United Nations Environment Programme & United Nations University. Sustainable Innovation and Technology Transfer Industrial Sector Studies: Recycling – From E-Waste to Resources, UNEP/UNU, July 2009.
- 2 Comitê Gestor da Internet no Brasil. Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2009 = Survey on the Use of Information and Communication Technologies in Brazil: ICT Households and ICT Enterprises 2009. São Paulo, 2010. ISBN 978-85-60062-29-4.
- 3 Portal da Anatel. Participação do Mercado por UF. <http://sistemas.anatel.gov.br/SMP/>

*Assessora de Projetos Especiais CTI Coordenadora Geral do CEDIR Profa. Dra. Escola Politécnica - USP carvalho@larc.usp.br

** Diretor de Microinformática CCE-USP mcesar@usp.br

Terceiro-Setor e a Segurança Pública

O Ciclo de Segurança Pública em Debate (CISED), promovido pela Fundação Guimarães Rosa, chega, em 2010, à sua quarta edição. Este ano, o tema debatido é “Segurança Pública: Comprometimento e Responsabilidade Social”. O evento objetiva promover o debate entre a sociedade, operadores da Segurança Pública e importantes nomes relacionados à políticas de segurança. Trata-se de iniciativa para promoção de melhores resultados à Comunidade. Confira em destaque para a FGR em Revista, entrevista exclusiva, cedida pelo palestrante Paulo Storani, Secretário Municipal de Segurança Pública de São Gonçalo (RJ).



Fundação Guimarães Rosa: O envolvimento das Organizações do Terceiro-Setor em políticas públicas em favor da prevenção da criminalidade é uma realidade crescente. Como o senhor analisa a participação do Terceiro-Setor neste espaço público? Quais as contribuições efetivas o Terceiro-Setor pode trazer para a Segurança Pública?

Paulo Storani: A participação de qualquer instituição acaba por atender uma prescrição constitucional, que universaliza a responsabilidade da Segurança Pública para todos. Estudos, pesquisas, encontros de discussão e debates, atendimento e orientação de vítimas das diversas formas de violência, acompanhamento e contribuição no planejamento e execução

de políticas públicas têm sido, sem dúvida, as maiores contribuições.

FGR: Quais políticas públicas podem ser promovidas para fortalecer a confiança cidadã nas instituições de Segurança Pública?

Paulo Storani: Antes de tudo, confiança se conquista com diálogo e transparência de ações. Neste sentido, o estabelecimento de indicadores de resultado com adoção de metodologia clara e de conhecimento geral, promoção de fóruns de diálogo com os diversos atores sociais para discussão das políticas e compartilhamento da responsabilidade de sua adoção são medidas de desenvolvimento e fortalecimento da confiança nas instituições.

FGR: Como a participação comunitária deve ser promovida e fortalecida no processo de execução dos programas de Segurança Pública?

Paulo Storani: Primeiramente adotando estratégias que promovam esta participação. Vencer o descaso pela coisa pública, em razão de uma cultura carente de associativismo, como no caso do Brasil. Envolver as pessoas na identificação de demandas, no planejamento de ações para seu atendimento e acompanhamento da execução é tornar as pessoas responsáveis, é fortalecer sua participação.

FGR: O 12º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal, sediado no Brasil em abril deste

ano, representou uma oportunidade para avaliar a eficácia das diretrizes adotadas na área de prevenção ao crime, assim como propor novas medidas preventivas. Como o senhor analisa os esforços das Nações Unidas acerca de estratégias voltadas para a prevenção ao crime?

Paulo Storani: As Nações Unidas representam o verdadeiro desejo político de promoção de direitos. No caso específico da prevenção do crime e promoção da justiça criminal, a busca da mudança do modelo repressivo penalista clássico para um modelo preventivo, privilegiando o entendimento da violência como um fenômeno que envolve o ambiente social, a vítima, o vitimizador e operador de segurança pública. Considero muito importante a atenção para o trabalhador policial e para as questões que envolvam sua seleção, treinamento e desempenho, associada à sua condição de trabalho.



FGR: Alguns especialistas defendem que a missão da Polícia Militar não deve vincular-se à da Polícia Civil. Em Minas Gerais, a integração das forças do Sistema de Defesa Social é tida como referência nacional. Em sua opinião, qual é o modelo ideal para estruturação policial no Brasil? A integração das polícias é o caminho para reduzir os índices criminais?

Paulo Storani: Não acredito em unificação, mas a integração é possível. Planejar em conjunto e executar, cada instituição obedecendo sua competência e limites constitucionais,

e buscar resultados que atendam à população é o caminho. A tentativa de monopolizar a ação de polícia, observada em muitos Estados onde as corporações desenvolvem uma competição insalubre, é improdutivo e vem causando prejuízos irreparáveis à população. Integração com respeito mútuo deve ser o foco.

FGR: Como inteligência e repressão policial podem se integrar para desarticular o crime organizado?

Paulo Storani: Como respondi na pergunta anterior, uma precedendo a outra. Para isso deve haver planejamento no qual os diversos atores devem participar do processo e agir no seu momento.

FGR: A Secretaria de Segurança Pública de São Gonçalo (RJ), na sua gestão, passou a ser referência no Estado do Rio de Janeiro no Ministério da Justiça. A que fatores o senhor credita essa qualificação?

Paulo Storani: Diagnóstico do problema, planejamento, envolvimento dos diversos atores municipais e estaduais, execução e acompanhamento de resultados pelos participantes e, principalmente, pela população. Gerar ferramentas de envolvimento popular e de acompanhamento e compartilhar responsabilidades. Realizamos uma pesquisa-diagnóstico, executada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa da Universidade Federal Fluminense, com proposta de um plano municipal de segurança para a cidade, que hoje ultrapassa um milhão de habitantes. Este plano previa a participação de diversas secretarias municipais e focou na prevenção. Tivemos vários tipos de problemas, mas o maior foi fazer todas as pastas compreenderem seu papel na Segurança Pública.

FGR: Filmes como “Tropa de Elite” passam à população uma falsa impressão de que a Polícia funciona perfeitamente,

apesar dos problemas particulares de cada policial, com ações bem-sucedidas, sem erros. Na sua percepção, essa sensação de bem-estar prejudica ou ajuda na repressão à criminalidade?

Paulo Storani: Acredito que o filme ajudou a fazer as pessoas despertarem para os problemas, percebendo o policial como um trabalhador que está sujeito aos mesmos problemas que elas. A partir do filme, começamos a discutir Segurança Pública pelo viés dos conflitos éticos dramatizados. Acredito que quanto mais as pessoas discutirem estes problemas, mais próximos estaremos de sua solução, por mais distante que possa estar.

FGR: Segundo Molina (2000, p.120)¹, controles sociais são o “conjunto de instituições, estratégias e sanções sociais que pretendem promover e garantir referido submetimento do indivíduo aos modelos e normas comunitárias.” Ao pensarmos que o controle social é exercido pelo Estado, mas, também, pela sociedade sobre este, por meio do Terceiro-Setor, como deve ser o desempenho dos agentes de Segurança Pública, consideradas estas duas vertentes conceituais?

Paulo Storani: Estamos caminhando para perceber as pessoas como nossos clientes, os beneficiários da resultante de um sistema de segurança e justiça criminal eficaz, capaz de produzir paz social. Enquanto os operadores de Segurança Pública não consolidarem este entendimento, mais distantes estaremos da conquista da confiança da população, que tanto reclamamos. Acompanhamento do desempenho dos operadores e suas instituições, por parte de todos os segmentos da sociedade, é garantir a qualidade da prestação de serviço. É assim no mundo corporativo, não será diferente no setor público. ■

¹ MOLINA, Antonio Pablos de. *Criminologia* 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

Gestão autossustentável: abordagem nos programas e projetos sociais da FGR

Em oito anos de atuação, a Fundação Guimarães Rosa consolida sua visão: ser uma organização capaz de viabilizar financeiramente seus projetos. Mas esse não é o único objetivo quando se fala em Sustentabilidade. Para a Direção Executiva e Colaboradores, a Sustentabilidade da Organização alcança novos patamares ao ser entendida como princípio da rotina administrativa. Avançar nesse conceito é entender a Sustentabilidade, paralelamente aos demais méritos compreendidos pela FGR, como Cidadania, Ética e Comprometimento. Trata-se de administração profissional para resultar investimentos significativos no dia-a-dia de muitos.

Transparência e Capacitação são fatores importantes para retornos sustentáveis. Por meio dessas dimensões podemos entender a influência dos vínculos políticos e sociais com a Comunidade, por conferir legitimidade às Organizações do Terceiro-Setor, assim como a qualidade da equipe responsável pelo manejo das diversas atividades. Tudo isso, aliado ao otimismo prudente, mobiliza recursos para operacionalização de programas promotores de equilíbrio entre empreendedores, trabalhadores e ambiente ecológico.

Conquistar Sustentabilidade requer produção de bens públicos e gerentes emancipados, com disciplina financeira e consciência sobre a importância das Parcerias, as quais são

responsáveis pela não-dependência de única fonte de financiamento. A grande questão é: Como multiplicar esses valores entre o Público Constituinte, ou *Stakeholders*, para atingir a longevidade institucional?

Na Fundação Guimarães Rosa, cada colaborador conhece seu valor e sabe aonde a Instituição deseja chegar, mediante ações integradas entre Poder Público, Empresas e Terceiro-Setor. Não só as Unidades de Negócios objetivam a prestação de serviço: todos são incentivados a oportunizar receita, da Direção Executiva aos Educadores Sociais, verdadeiros embaixadores no Campo.

O destaque para as conquistas da FGR está em seu Sistema de Gestão. A Direção Executiva da FGR, formada pelos três Superintendentes, trabalha o Planejamento Estratégico, documento norteador das ações pretendidas pela FGR. Dele constam pontos fortes, fracos, além do mapeamento do entorno e desafios. Os Setores,

por meio dos Gerentes, Chefes e demais Colaboradores, fazem Previsão Orçamentária, sempre no terceiro trimestre, para conhecer os cálculos dos investimentos. Aqui, os participantes colocam em ação criatividade, conhecimento de mercado, habilidade para oportunizar créditos. As Unidades de Negócios, depois de orientadas pelo Planejamento Estratégico e Orçamentário, atuam no Mercado, com busca minuciosa de captações de serviços, além de comprometimento e idoneidade durante a realização das tarefas. São verdadeiros empreendedores!

Outros passos fazem parte desse Sistema. A Controladoria e a Auditoria Interna trabalham a harmonia entre Despesa e Receita. São eles os responsáveis por assessorar as tomadas de decisão da Organização, em constante atenção às oportunidades de faturamento e planejamento tributário. Somente após as quatro etapas, acontecem os Investimentos Sociais, detalhados a seguir, e a Multiplicação desses valores entre os Parceiros da FGR.

Autossustentabilidade na Fundação Guimarães Rosa



Fundação Guimarães Rosa: João Guimarães Rosa mostrou que os problemas sociais estão em toda parte, e é sempre hora de mudar esse fato. Por isso, a FGR homenageia o Escritor com o nome e a missão de trabalhar para a sociedade.

Missão: desenvolvimento sustentável da Comunidade.

Visão: promover transformação social.

Valores: sustentabilidade, cidadania, ética e comprometimento.

Investimentos Sociais

Como Instituição sem fins lucrativos, a Fundação Guimarães Rosa direciona seu superávit aos Programas e Projetos Sociais, implanta e mantém atividades em aglomerados, onde vivem crianças, adolescentes e idosos em situação de vulnerabilidade e risco social.

Atualmente, são doze Projetos Sociais em operação. Alguns deles, em parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais, Sociedade Cruz de Malta, Instituto Dona Lucinha, Escolas Estaduais. Em outros, a Fundação investe densamente na formação do caráter, educação, respeito aos cidadãos e resgate da cidadania de crianças, adolescentes e idosos.

Os Programas da FGR estão submetidos ao modelo de Gestão Integrada, o qual se evidencia por meio da dinâmica interdisciplinar das áreas de Psicologia, Pedagogia e Serviço Social. Cada ciência tem seu foco de desenvolvimento e, em determinado momento, se transforma na missão única da FGR: atuar de forma competente no contexto social.

Para alcançar êxito nessa missão com os Públicos Constituintes, foram

estabelecidos indicadores relacionados ao desenvolvimento psicossocial e educacional, operações (oficinas, reuniões, encaminhamentos) com programações que proporcionam sucesso na produção de bens públicos e internalização de valores.

Esse sucesso está relacionado às áreas específicas da gestão, as quais geram projeções anuais com vistas ao alcance dos benefícios, como aproximação do poder legítimo dos públicos assistidos, equipe de educadores sociais capacitada, ambiente bem-estruturado, com ótimo estímulo ao aprendizado dos participantes, aliança com a família, escola e comunidade.

Na gestão integrada de Programas e Projetos Sociais, prima-se pelo desenvolvimento do Ser Humano, por isso há ênfase no acompanhamento de cada participante, mediante avaliações individuais e diagnósticos de evolução relacionados ao aprendizado e desenvolvimento psicossocial.

A Assistência Social desenvolvida pela Fundação Guimarães Rosa, alinhada a outras ações implementadas pela Organização, confere visibilidade à Instituição e acessa, na Sociedade, os recursos disponíveis para gerar melhores condições de conquista pela Sustentabilidade.

Casos de Sucesso por meio das áreas integradas!

Portal do Aprender

O Projeto Portal do Aprender, implantado e mantido pela Fundação Guimarães Rosa em parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais/1º BPM, acolhe crianças e adolescentes, em situação de risco social, residentes no aglomerado Vila União, região Leste de BH. O Projeto desenvolve atividades com o intuito de afastar esse público do caminho da marginalidade.

Atualmente, são atendidas 60 crianças e adolescentes, na faixa etária de 6 aos 18 anos incompletos, com objetivo de desenvolver atividades sócioeducacionais alicerçadas na promoção da cultura da paz, inclusão social e promoção da cidadania entre os participantes. No bojo dessa ação educacional, o projeto pretende transformar ações, atitudes e comportamentos impregnados pela cultura de violência e exclusão. As oficinas desenvolvidas no projeto educam, socializam e, ao mesmo tempo, divertem os participantes.

Conheça as oficinas desenvolvidas no Portal do Aprender:

Oficina do Aprender: estimula o participante a compreender a relação do projeto com a escola. Propõe melhoria constante de aprendizagem. A Oficina do Aprender incentiva os alunos ao desejo pela leitura e escrita diária. Ainda, são oferecidas aulas de reforço escolar, nas quais os participantes fazem suas tarefas de casa, trabalhos e pesquisas escolares. Além disso, são desenvolvidas atividades e visitas temáticas.

Oficina de Educação Física: proporciona lazer e educação aos participantes. De forma lúdica, a Oficina trabalha diversas modalidades esportivas e desenvolve no participante a cultura

da corporeidade. As atividades são adaptadas à fase de desenvolvimento dos integrantes. A oficina, por meio da prática na atividade física, auxilia ainda na coordenação motora global (pular, andar, caminhar, orientação espacial, equilíbrio) do participante.

Oficina de Percussão: promove intercâmbio nas diversas culturas musicais e reconhece a riqueza rítmica e harmônica de gêneros musicais brasileiros e suas origens. A Oficina de Percussão proporciona, pela música, troca de conhecimentos, interatividade, trabalho em equipe, descoberta de habilidades e identificação entre os membros. A Oficina de Percussão propicia ao participante melhoria na expressão corporal e colabora para o desenvolvimento motor, corporal e mental do jovem, por meio do ritmo, canto e dança. Além disso, os participantes têm a oportunidade de se apresentarem publicamente, em várias ocasiões.

Oficina de Dança: desenvolve no participante habilidade em usar o corpo como instrumento de manifestação da sua vontade e força criativa. A Oficina de Dança possibilita aos jovens conhecer e vivenciar a cultura da dança no Brasil, sua origem, significado e característica. Nessa Oficina, a dança, além de ser opção de lazer e promoção do espaço da diversidade cultural, propõe a melhoria da capacidade cognitiva dos participantes

Integração das três áreas.

Acompanhamento Psicológico: tem como foco o desenvolvimento das crianças, adolescentes e idosos, enquanto sujeitos constituídos a partir das suas relações familiares e com o mundo. Tem o objetivo de estimular a emancipação dos sujeitos sociais em suas relações.

Acompanhamento Social: destina-se a informar, orientar, encaminhar e

apoiar indivíduos e família, no desenvolvimento de suas potencialidades, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia, autoestima e gestão do projeto de vida desses participantes. A Intervenção Social conta com serviço diferenciado, o qual apoia os participantes e suas famílias na prevenção e reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, até mesmo, atua em situações emergenciais de conflito, além de oferecer auxílio aos participantes e suas famílias de meios e recursos que possibilitem a construção de um projeto de vida estruturado e autônomo.

No site www.fgr.org.br, você, leitor, conhece as principais publicações da FGR.
Acesse e conheça nossos Parceiros, Prestações de Contas, Balanços, Titulações, Código de Ética.

Acompanhamento Pedagógico: consiste no acompanhamento didático-pedagógico das oficinas desenvolvidas e tem como meta a otimização do processo de acompanhamento dos programas e projetos sociais, com foco nos resultados do processo ensino-aprendizagem, haja vista que os nossos participantes são alunos que apresentam defasagem na aprendizagem em leitura, interpretação, escrita e raciocínio lógico.

Oficina do Amanhã

Para a FGR, pensar no presente de crianças e adolescentes não é o suficiente. É preciso ir além! O amanhã desses jovens depende da formação que recebem agora, e isso não se limita aos conhecimentos adquiridos na escola. Diante das dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho, o Projeto Portal do

Aprender criou a Oficina do Amanhã, com o objetivo de proporcionar aos participantes o autoconhecimento e o desenvolvimento pessoal e social do educando e, dessa forma, contribuir para sua inserção no mercado de trabalho. A Oficina do Amanhã identifica as competências e habilidades individuais dos participantes e introduz valores como respeito, dignidade, honestidade e responsabilidade.

A Psicóloga do Departamento Social, Flávia Mônico, analisa a importância dessa Oficina para a vida dos participantes do Portal do Aprender: "A ausência de projetos na esfera vivencial do sujeito deixa a sua vida sem sentido e abre portas para a situação de risco."

A oficina é desenvolvida em três fases:

1ª fase - Desenvolvimento Pessoal: fase desenvolvida pela Psicologia, a qual abrange o público pré-adolescente, de 11 a 14 anos. Para montagem dos grupos, os participantes passam por entrevistas de análise das percepções do presente com paralelo no futuro. Após, é feita a triagem para montagem dos grupos relacionados com as fases correspondentes: desenvolvimento pessoal e social.

2ª fase e 3ª fase - Desenvolvimento Social: fase desenvolvida pelo Serviço Social, a qual abrange dois grupos etários de adolescentes: 13 e 14 anos e 15 e 16 anos. Com o intuito de levar o máximo de informações para esses jovens que deixam a adolescência, o conteúdo programático desta fase envolveu temas como mercado de trabalho, habilidades profissionais (liderança, inteligência emocional, comunicação e negociação), marketing pessoal (vestuário, postura, higiene pessoal), além de produção de currículos, técnicas para entrevistas de emprego e noções de funcionamento básico de uma empresa.

A terceira fase do Desenvolvimento Social é o momento de realizar a inclusão social dos adolescentes no mercado de trabalho, por meio da realização de cursos profissionalizantes, bolsas de estudos e estágios de acordos com o perfil de cada um. É também, o momento de interagir com as famílias.

Acompanhamento Pedagógico: o acompanhamento e assessoria pedagógica são realizados durante as três fases, de forma interdisciplinar. O planejamento das atividades a serem desenvolvidas na oficina é objetivo, claro e descreve as necessidades e faixa etária dos participantes. Os educadores recebem orientações com relação à metodologia, didática e os recursos didáticos a serem utilizados. As atividades são dinâmicas e, com apoio de voluntários, é trabalhada a prática dentro das oficinas com confecção de objetos artesanais. É o momento de valorizar, vivenciar novas experiências, descobrir as habilidades e competências, orientá-los e prepará-los para a inserção na sociedade como cidadãos do bem.

Oficina do Amanhã, na prática!

Como exemplo, citamos o caso do participante, Frederico Lúcio, 18 anos, integrante de duas fases da oficina, com



Frederico Lúcio, integrante da Equipe do Departamento Social.

intuito de atender demandas distintas, mas interligadas: pessoal e social (sua inclusão no mercado de trabalho). Para o ano de 2010, foram programadas dinâmicas com os seguintes temas: O sonho como essência do plano de vida, Sonho x Realidade e Influências sobre as escolhas. Tal conteúdo programático iniciou-se no 1º Semestre e irá terminar no fim deste ano. Concomitante às atividades da Oficina do Amanhã, houve oportunidade do Frederico ser

encaminhado ao mercado de trabalho. Atualmente, ele trabalha no Departamento Social da Fundação Guimarães Rosa. A inclusão social do participante trouxe ao Frederico autonomia, amadurecimento e fortalecimento, além de desenvolver a capacidade de realizar ações e, por si mesmo, concretizar mudanças. Assim, Frederico criou vínculo social com outros grupos que não o exponha a situação de risco ou vulnerabilidade social. ■

NEWSLETTER & INFORMATIVO FGR

Cadastre-se e receba, periodicamente, as principais notícias sobre a FGR e suas ações.

Acesse www.fgr.org.br e descubra a Fundação Guimarães Rosa.



Reflexões sobre o município e a Segurança Pública

Euro Magalhães*

Os “mijões” do Rio de Janeiro. Isto mesmo, tal como você leu. A imprensa nacional noticiou no dia 16 de fevereiro de 2010, portanto uma terça-feira de Carnaval, que quase trezentas pessoas haviam sido presas, da sexta-feira até a segunda-feira anterior, por urinar nas ruas do Rio de Janeiro. Esta notícia nos remeteu imediatamente à conhecida “Broken Windows Theory”, a por demais citada “Teoria das Vidraças Quebradas”. Em pioneiro trabalho de investigação social, Wilson, Kelling e Coles mostraram a necessidade de adoção de providências enérgicas nas estações do metrô de Nova Iorque, por estarem se tornando verdadeiros territórios sem-lei. Tudo começara com a tolerância da concessionária do metrô, das autoridades, da população, da polícia, de todos enfim, ao hábito de alguns jovens que, em bandos, não pagavam as tarifas e acessavam o embarque simplesmente pulando as catracas. Este comportamento e, principalmente, a tolerância para com ele resultou em crescimento exponencial de condutas infratoras, muitas vezes criminosas, no âmbito do metrô.

O ato de um indivíduo pular a catraca, considerado isoladamente, significava

apenas o prejuízo de US\$ 1,00 (um dólar) para a empresa concessionária e isto dificilmente justificaria a ação da polícia. Mas a “epidemia” dos puladores de catraca afetou todo o tecido social e, sob pena de perder completamente o controle da cidade, as autoridades agiram. Da mesma forma, o ato de um indivíduo urinar em via pública não justifica uma ação policial intensa, com todos seus custos financeiros e sociais, mas o que ficou patenteado pela notícia veiculada é que a “epidemia” já estava se instalando ou, talvez, já se instalara.

Ambos os exemplos citados, cada um com sua cor local, estão a mostrar a necessidade de cuidados não só com aquelas condutas violentas de que cuidam a polícia e o judiciário. Estão mostrando a necessidade da presença do Estado, com seu aparato, poder e autoridade, não de forma seletiva e com prioridades estabelecidas, mas em toda sua plenitude.

Afinal o Estado, esta entidade virtual, existe para promover o desenvolvimento pleno das potencialidades bem como o bem-estar das pessoas. Para tanto, se vale de políticas e programas

destinados à promoção da educação, saúde, emprego, moradia, lazer, meio ambiente, justiça, transportes públicos, segurança pública, etc.

Não é oportuno aqui a fixação de prioridades até porque as demandas, pessoais e comunitárias são enredadas, cada uma influenciando e recebendo influência de todas as outras. Mas é óbvio que a demanda por Segurança Pública tem sido relegada a um plano inferior, com medidas governamentais apenas paliativas e procrastinadoras da solução final.

No caso específico do Brasil e em visão geral, é notória a disfunção de demanda reprimida, de alongamento do tempo de espera e do ciclo interrompido quando o assunto é Segurança Pública. Muitos são os fatores que levam a esta notável disfunção, em que um serviço público essencial é prestado seletivamente, com relativa demora e incompleto. Sobressai, dentre os fatores, o acúmulo de ações e operações cominadas aos órgãos policiais de que dispõe o Estado, principalmente a Polícia Militar. As tendências previsíveis para tal situação colocada são os enfrentamentos, as reincidências, os territórios urbanos anômicos, enfim

a queda da credibilidade, esta última não apenas da Polícia Militar.

E o município? “Locus” privilegiado da cidadania, onde tudo acontece, o que tem realizado além de empurrar o que é de sua responsabilidade para outros níveis?

Se o cidadão pretende receber integralmente o serviço público de Segurança Pública, com atenção à totalidade de demanda, com um tempo de espera tolerável e com a realização do ciclo completo, grande deve ser a participação do município. Inicialmente é importante que o município tenha atualizado o seu arcabouço jurídico de posturas municipais. Vale mencionar que boa parte dos Códigos de Posturas Municipais existentes por aí trazem verdadeiras pérolas para a antropologia do direito, não pela excelência intrínseca. Não é raro se encontrar disposições nos mencionados Códigos de Posturas sobre os “formigueiros”, herança do Brasil Império ou mesmo da época colonial, mas é raro se encontrar servidor público municipal conhecedor e comprometido com seus dispositivos.

Os municípios, por seus administradores, deveriam atuar de forma mais positiva, prevenindo no nascedouro todas as possibilidades de infrações e de alteração da ordem pública. Assim visto como seria salutar para a Segurança Pública se o município se envolvesse mais em atividades comunitárias voltadas para crianças e adolescentes indo muito além das salas de aulas; como seria bom se ocorresse ação preventiva em logradouros onde haja a frequência de ilícitos ainda que de baixo potencial de violência; como seria proveitoso para todos a presença de servidores municipais devidamente capacitados, no entorno das escolas e não apenas no interior delas.

Os municípios precisam atentar para a necessidade urgente de políticas e programas de prevenção da violência,

valendo-se do recurso humano inovador que é a Guarda Municipal. Esta instituição, ainda recente em nossa história, carente até de uma boa doutrina de emprego, mas que já apresenta bons resultados onde existe.

Como dito, há que se aperfeiçoar a doutrina de emprego para que ocorra cooperação entre órgãos de interesse comum, superando a doença infantil da competição.

Já faz algum tempo que Marc Ansell debruçou sobre o problema da Defesa Social, seu significado e alcance. De suas reflexões não se perca de vista sua recomendação lapidar de que “por Defesa Social não se deve entender a proteção que sociedade faz de seus membros contra os criminosos; entenda-se a proteção promovida pela sociedade para que seus membros não se tornem criminosos.”

Cabe ao município esta proteção de seus habitantes, identificando carências e atuando sobre as mesmas, sempre se antecipando e buscando promover o bem estar de todos. Com tal posicionamento, a Polícia Militar estará poupada de atuar em situações de baixo potencial de violência podendo focar sua atuação em ambientes de maior periculosidade, sem descurar da ação preventiva. ■

* Natural de Nova Lima, ingressou na Polícia Militar de Minas Gerais, no Curso de Formação de Oficiais, em março de 1962. Aspirante em setembro de 1965, serviu em unidades do interior (6º Batalhão, Governador Valadares; 12º Batalhão, Passos; 4º RPM, Juiz de Fora e na capital, Estado Maior Geral (PM 3), Academia da Polícia Militar e Diretoria de Ensino. Além dos cursos profissionais da PM, fez Curso de Técnica de Ensino no Centro de Estudos de Pessoal do Exército e do CAEPE/ESG (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia na Escola Superior de Guerra) em 1991. É possuidor de Licenciatura Plena em Ciências Sociais e em História; Pós-graduado em História Moderna e Contemporânea. Como oficial superior suas últimas comissões foram: Comando do 12º Batalhão em Passos, Chefia da PM/3 no Estado-Maior, Comando da 4ª Região de Polícia Militar em Juiz de Fora e Diretor de Ensino. Sua última função foi o Comando-Geral em 1991. Após o ingresso no QOR foi Secretário Municipal de Defesa Social em Nova Lima, de 2001 a 2004, e em Sabará, de 2005 a 2008. Integra, desde sua criação, o Conselho Editorial da Revista O Alferes, da PMMG.



Um Olhar sobre a Criminalidade e a Violência como resultado de uma fusão Social e Psicológica: Nossos dias no Contexto da “Modernidade Líquida”

Álvaro Antônio Nicolau*

As pessoas ainda buscam neste século XXI o mínimo de segurança para viver em sociedade. Para tanto, é necessário a compreensão da não-agressão no estabelecimento de uma cultura pela paz. Ou seja, os riscos de ser agredido ou lesado devem ser o mínimo possível. Isso tem significado.

Nesse particular sentido, a segurança almejada deve permitir às pessoas fazer suas “caminhadas da saúde”, pela manhã ou à noite, olhar as vitrines das lojas, trabalhar, estudar, consumir, aprimorar-se, conversar com os outros, divertir, jogar o futebol no campinho da praça, estar em casa ou na rua.

Por isso, a segurança passa a ser propósito de vida, portanto, mais que um “estado de espírito”.

Para tanto, precisamos olhar para além das pessoas e procurar sentir o ser que existe em cada uma delas... Pensar em sua natureza. Mas, o mundo moderno nos oferece transformações sociais que estão acontecendo de forma muito rápida.

Nesse propósito, no livro “Modernidade Líquida”, Bauman (2001) conduz o leitor no sentido de aproximá-lo de uma noção bem nítida do que é próximo e do que é distante, atendo-se a uma visão clara em relação ao presente e ao passado. Delineia proximidade e distância entre o presente e o passado recente no sentido da modernidade.

Disso, temos uma constatação: somos modernos ou continuamos modernos, porque a modernidade significa o fim de uma crença em uma ordem revelada e a assunção de que “os humanos encontram-se no mundo por conta própria.”

Para Bauman (2001), o que o homem fez pode ser desfeito, porque a moder-

A insegurança poderá ser reflexo para que as pessoas deixem de frequentar escolas, ir ao trabalho ou visitar amigos.

nidade tem o significado de uma época que pensa em si mesma historicamente.

Dessa forma, são diferentes os motivos para se viver em sociedade, ou simplesmente estar vivo. Certamente, nessa circunstância, as pessoas devem procurar viver sua própria vida ou morrer sua própria morte, sem descurar-se de que tal ato de viver ou morrer não pode ser delegado a outrem.

As pessoas devem viver suas próprias vidas, mas devem gritar seus próprios gritos. Grito da esperança, da indignação, do respeito, do sentido da vida

e da paz social. Para isso dar certo, as estratégias dependerão das relações que fazemos com os outros no cotidiano da sociedade. Também dependerá de uma boa relação comigo. Ser parte de mim dá o sentido para que a sociedade seja mais prazerosa e unida no senso da construção, positivada pelo poder de transformar as coisas que precisamos modificar.

Somos, todos nós, parte dessa transformação para um mundo melhor. Daí, a necessidade de um olhar diferenciado para as coisas, na busca de sentido das diferenças, para fortalecer o contato e estabelecer, além de fortalecer, o aspecto relacional pela dialógica com o outro.

Tal forma de aproximação pode fazer com que as pessoas construam suas diferenças com base no individualismo pregando o dinamismo, mas voltada para a fluidez das relações. A “Modernidade Líquida” aqui trabalhada é uma expressão síntese dessa ideia.

Quando se fala em individualismo, trazemos a lume um papel liderante, pois se refere à empregabilidade num conjunto de fatores que colocam as funções mutáveis. O sentido de liberdade, cuja roupagem gera uma fluidez, formula um conceito libertário e difere do que ocorria no início do século passado.

Nesse desiderato, temos um quadro

que pode levar ao estresse e à depressão, porquanto, as pessoas, controversamente, não controlam seus destinos e decisões, nem conseguem ter um terceiro como culpado por sua sanha imaginativa.

Fica o sentido de vivermos uma ilusão forjada numa pseudo-liberdade que se organiza numa criação estruturada na possibilidade de fuga, mas também na percepção de uma possível incapacidade, visto que não ousa extrapolar os paradigmas.

Por isso, as pessoas passam a ser pobres na imaginação positiva e construtiva, mas riquíssimas em estabelecer a maledicência. Isto mata um pouco do bem que as pessoas trazem consigo e as deixam no limiar da aspereza do mal. Se predispõem a ser parte do poder do crime e da violência por força sintomática do cotidiano e da desvalorização da vida e do viver.

Enfim, estabelece uma relação parental com a criminalidade, mesmo porque isso lhes abre um espaço imaginativo, no qual as forças estabelecem que a vida é simplesmente uma vida, mas comemoram a morte e o morrer como forma de se manter o poder pelo desvelamento do homem.

É uma morte na subjetividade do ato de viver e do desfalecimento da

pessoa enquanto gente e a perda de sua natureza. Essa necessidade que as pessoas têm de compreender as coisas do cotidiano e explicitar de forma adequada o que está à sua frente contribuirá para a dissidência e os mais desastrosos enredos na conotação enquanto ser-no-mundo.

Por isso mesmo, em muitas circunstâncias, o espaço público tornou-se lugar de problemas privados. Tornou-se lugar nenhum, porquanto deixa de cumprir o público pelo público para se arvorar do que o privado desenvolve em flagrante prejuízo para o povo.

Isso, colocado de forma social por Bauman, se refere a uma involução porquanto

O indivíduo de jure [falso] não pode se tornar indivíduo de fato sem antes tornar-se cidadão. Não há indivíduos autônomos sem uma sociedade autônoma, e a autonomia da sociedade requer uma auto-constituição deliberada e perpétua, algo que só pode ser uma realização compartilhada de seus membros (BAUMAN, 2001, p. 50).

Certamente que o nosso passado recente torna-se a fase sólida da modernidade. Nessa construção, uma "Nova Era" pode estar em desenvolvimento também na Segurança Pública, que

ganha, cada vez mais, notoriedade na sociedade moderna.

Aí contextualiza-se o Crime, a Criminalidade e a Violência, pois faz e dá sentido para um novo homem, no seu vir-a-ser, tornando-o possuidor de nova crença, ditada por ele mesmo, na construção de uma paz para ser sentida e vivida por todos.

Percebe-se que, com os avanços na área da segurança, a construção de um sentido novo para o existir formatado em significações novas, com novos paradigmas está no seu limiar.

Há um novo projeto social em construção, o qual passa pela implementação de ações e atitudes outras, forjadas na busca pela paz social.

Ocorre, entretanto, que a segurança é sentida como uma proposta futura, um vir-a-ser. Por isso, é interessante falarmos sobre esse assunto, e instigar as pessoas a pensarem sobre a questão.

Neste trabalho, a fim de contribuir, de alguma forma, pensamos numa proposta de vida fortalecida e permeada por uma cultura de paz. Mas isso é muito trivial, todos pensam assim. Todavia, estamos focados nos heróis construídos na própria paz, pela paz. Refiro-me a Cristo, Buda, Tereza de Calcutá, Irmã Dulce, Chico Xavier, Betinho, dentre outros.

Nesse contexto, pensamos a paz como uma proposta de vida, sentida como um modo de ser-no-mundo, como um modo de considerar-se parte desse mundo contemporâneo, como sujeito de possibilidades.

Igualmente, penso ser muito interessante dar sentido às coisas para que o homem contextualize suas ações pelo sentimento das emoções que o diferencia das coisas.



Por outro lado, é a Segurança um bem a ser proporcionado pelo Estado ao povo, mas que precisa ser apropriado pelo homem como parte de si mesmo e como componente de sua formação moral e ética. É uma das principais obrigações do Estado para com o cidadão, mas também do cidadão para com ele mesmo. Por isso, deve ser tratada como dever do ser para com o outro ser, permeando a segurança objetiva e subjetiva.

Tornar-se responsável pela paz e vivenciá-la como possibilidade de escolha é a questão contemporânea que visa fazê-la acontecer e torná-la parte do desenvolvimento humano no profissional. Nesse sentido, a segurança passa a ser também uma responsabilidade de todos.

Mas nosso cotidiano não é bem assim, construído na paz pela paz. Certamente, o sentido de ter segurança,

que aqui recebe o significado de viver sem estar sob risco de sofrer uma violação do que se é e tem, é construído e reconstruído pela sociedade e é nomeado num determinado momento significativo. Passa pelo entendimento de que a propriedade e integridade física devem estar protegidas, bem como a liberdade das pessoas, ou de suas vidas!

Aliado a esse sentido, a insegurança poderá ser reflexo para que as pessoas deixem de frequentar escolas, ir ao trabalho ou visitar amigos. Pode-se chegar a determinadas situações, as quais perdem o sentido de vida por agregação, pois o isolamento torna-se parte muito forte pelos sistemas de segurança que são montados, e mesmo pelo modo-de-ser das pessoas.

Nesse caminhar, e para combater o sentido de coisificação vigente nesse mundo contemporâneo, propugna-se

por buscar articulações que fortaleçam não só o modo-de-ser-no-mundo, mas também o sentido que damos a essa participação.

O que norteia o raciocínio no livro "Modernidade Líquida", de Bauman (2001), é que, ao depararmos com as incertezas e inseguranças na "modernidade líquida", nossas identidades sociais, culturais, profissionais, religiosas e sexuais sofrem processo de transformação contínua – do perene ao transitório – com todas as angústias para o psíquico. Ele traz uma nova visão sobre a modernidade, a qual resalta as relações e o individualismo.

No caso das relações interpessoais, segundo Bauman (2001), suspiram um saudosismo descaracterizado do pré-conceito do termo. Não se dá pelas inter-relações, mas por uma busca da eficácia de mútua vigilância, de saber quem é você no limitado universo de





sua vizinhança. Mas há homogeneidade.

Todavia, as pessoas, no mesmo momento em que investem em proteção, acrescentam formas de refinar o que foi investido. Apresentam, portanto, uma dubiedade, pois a redução é sempre presente e os investidores ficam enclausurados e se fixam nessa nova realidade.

Não há um fim do contato, mas uma remoção das situações de casualidade, como também o desaparecimento da interação afetiva, mesmo porque nunca foi tão fácil se relacionar com outro sem pensar em contato e discursos planejados com lugares predefinidos (os “não lugares”).

Hoje, há um mundo virtual que nos enclausura também e, junto com as suas propriedades saudáveis, traz consigo algo pernicioso e coadjuvante como uma “fala sem fala, num rosto sem rosto”. O olhar está no vazio.

Esses são, normalmente, espaços onde a pessoa se presta a exercitar sua indiferença com o ambiente que a cerca. A não sociabilidade e civilidade

desses espaços não permitem estada por estendido limite de tempo, nem sensação de se estar ali.

Assim, ficamos muito tempo nos transportes públicos, no serviço, afora outros lugares que se apresentam como lugares domiciliares. Posso ter tudo isso que está mencionado, todavia não tenho as liberdades do lar. Tais ambientes se caracterizam por serem lugares que não nos interessam tanto e não valem menção de memória. Transgido a mim mesmo nesse desiderato.

Na cotidianidade, essa questão está muito bem representada e reforça as páginas contemporâneas da miserabilidade de favelas ou dos contornos colocados pelas pessoas, até porque estes espaços não recebem atenção destas e de outras pessoas, algumas diariamente, mesmo que façam tal trajeto, algumas morrem em vida, até porque

O vazio do lugar está no olho de quem vê e nas pernas ou rodas de quem anda. Vazios são os lugares em que não se entra e onde se sentiria perdido e vulnerável, surpreendido e um tanto atemorizado pela presença de humanos (BAUMAN, 2001, p. 122).

Percebemos pelas representações, ações e omissões sociais, que as regras são definidas e claras nesse nosso mundo contemporâneo: somos cordiais.

Nesses nossos tempos, conversamos, negociamos, cumprimentamos uns aos outros, às vezes rimos e festejamos, mas o contato pode virar uma questão.

Enfrentamos uma modernidade muito leve e solta que pode nos conduzir a uma desconfiguração da relação de congruência, mormente numa analogia à ideia de espaço-tempo dos outros, passados na incontinência do tempo- agora, pois, antes o esforço humano ditava a velocidade, mas hoje ela faz parte de nosso cotidiano. Qual cotidiano?

É certo que gastamos cada vez menos tempo para alcançar espaços cada vez maiores. Também, hoje, as distâncias se estendem, o tempo encurta, a expectativa de vida é expandida. Posso me fazer no agora, pois há um cenário que envolve sonhos e representatividade. Isso é parte da vida, mas pode ser parte de uma não-vida também.

Somos levados, em face das questões cotidianas e a forma como as tratamos, a viver uma fase da vida também líquida em que as ações se tornam instantâneas e todo nosso ato, desse tempo de locomoção e vivência, passa a ser imediato, prevalecendo a exaustão e, conseqüentemente, o desaparecimento do interesse e do desejo.

Assim, estamos desenvolvendo um tema – A Criminalidade e Violência – que propõe e exige uma nova visão por força do que ocorre na modernidade, ou pós-modernidade e envolve a todos. Estamos pensando a criminalidade e a violência voltadas à fluidez das relações, no individualismo, na produtividade inconsequente e desregulamentada do sentido de vida, em que os números ditam a insegurança pública, e onde se instala pelo vazio da existência.

Por decorrência da coisificação dos sentimentos, que amoldura as coisas e insere no cotidiano da natureza humana, penso ter coerência quando tento apropriar desse sentido e passar a pregar o dinamismo pronunciado por Bauman (2001), norteador em seu livro “Modernidade Líquida”. É uma ideia que não reprime, mas traduz uma expressão síntese de um novo tempo de modernidade, regada de fusão social com base na solidificação, mormente das relações e das coisas. É nesse sentido que menciono o custo econômico da insegurança.

Na subjetividade ou objetividade desse propósito de mundo, o valor

elevado para se ter segurança propicia uma oportunidade para afetar as pessoas pelo reverso, mas também de ser a propensão para qualquer um investir e produzir bens e serviços. Apresenta, assim, outro lado da modernidade, cuja velocidade dos acontecimentos leva à exaustão o sentido e desejo das pessoas em fazer do dia-a-dia do seu trabalho um “encontro”.

Assim, cabe dizer que não é o bastante não estar sob risco de sofrer uma violação, é necessário ter a “sensação de segurança”. Em outras palavras, cada cidadão deve ter a certeza de que dificilmente será alvo de violência.

Como pensar tal acontecimento numa sociedade de símbolos, conforme podemos acostar no pensamento da modernidade?

O argumento talvez reabra um sentido de compreensão das questões da violência porque se prende ao pensamento que pode reformar nossa ação e nos conduzir a uma visão sobre a pós-modernidade com sua criminalidade e violência, “voltada à fluidez das relações e no individualismo”.

Aí, entendo, devam entrar as Políticas Públicas de Segurança, como referencial, não só para o controle social, mas também como um chamamento das pessoas para um sentido de respeitabilidade em todos os segmentos da vida moderna. Sua falta de sentido pode precipitar a ocorrência de um caos.

Esse caos pode se instalar, por exemplo, pelo que a mídia repassa ao povo por decorrência de atos dos mais desvairados que acontecem no meio

político que envolve a corrupção exacerbada, e a corrupção de princípios, já presentes em algumas relações estruturadas pelo poder político. Claro que tudo deve ser definido e esclarecido. Todavia, esse ambiente, se nocivo, pode tornar a segurança, além de insegura, promíscua e indesejada por reflexo no social.

Intrusão indesejada e irresponsável em ações específicas de quem tem o poder-dever de agir pode levar à omissão, com grave prejuízo ao ambiente onde se exerce o poder e a autoridade para a manutenção da Paz Social tão desejada.

Tal ocorrência pode deteriorar o poder da autoridade e ferir de morte a credibilidade organizacional, porquanto se instala no egocentrismo de quem



tem o poder da ação. Certamente que também fará aumentar a insegurança. Nesse caso, a segurança será ditada pela incerteza de ser acolhida pelo poder político e pela insensibilidade de atores que atuam na preservação da lei e da ordem.

Por outro lado, há uma série de outros pontos que podem ser transformados em questões futuras para a segurança pública, tornando o segmento insatisfeito e inseguro.

Uma política de Segurança Pública, ou política pública de segurança irresponsável pode tornar-se fonte de insegurança e de incertezas porque prejudica a ação que deveria gerar a segurança, seja para a população de modo geral, seja para o ambiente interno da organização policial.

Mas não podemos parar aí porque há exemplos percucientes instalados no contexto da sociedade, decorrentes de ações políticas importantes, conforme podemos observar, no caso de Minas Gerais, os praticados pela Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, por ação correta na inteligência de propiciar meios de atuação aos segmentos da Defesa

Social. É propósito da comissão cumprir agenda contextualizada no interesse público.

A importância do contexto está no sentido do fortalecimento das ações de governo visando proporcionar aos cidadãos mais conforto em sua cotidianidade, no ir e vir, em sua proteção. Isso, certamente converge para a conjugação de esforços no rumo do controle da insegurança, e passa pelo sentido de como os políticos e a população encaram a situação do profissional encarregado de promover a segurança.

Nesse ponto, podemos chamar a atenção dos diversos segmentos da Segurança Pública para o contexto do desenvolvimento humano nas relações do agente de segurança. O propósito é tirá-lo da inação, da rigidez no trato com o exercício da cidadania, induzindo-o ao projeto da pedagogia da ação.

Liberar o pedagogo que existe dentro de cada agente de segurança pública (dentro de cada policial-militar no trato com o cidadão) é fundamento de ação e passa a ser, talvez o grande desafio das lideranças atuais.

O ato de reconhecer-se "mediador" da

relação, de sentir-se responsável pela harmonia, equilíbrio e profissionalismo no exercício da atividade já é um grande diferencial que precisa ser alcançado.

Todavia, não ser tocado pela velocidade e incertezas do dia-a-dia, lembrar que seu limiar é sempre uma escolha e pode ouvir seus "anjos" ou "demônios" como parte do contexto.

Isso é importante porque, embora as estatísticas da Segurança Pública tenham mostrado que está diminuindo a quantidade de crimes, a violência está maior: não estão preocupados em só matar a pessoa – corta-se o pescoço.

Aí, gostaria de inserir a questão da "integração" dos segmentos da Defesa Social no Estado de Minas Gerais, como uma política do Estado para conter a criminalidade e ser parte do processo de segurança.

O chamamento que faço está no sentido de que as autoridades precisam pensar a questão do ponto de vista da ação, e não, tão-somente, da preocupação em integrar-se. Preocupar-se é importante, mas ocupar-se nesse processo, hoje, passou a ser o mais importante e urgente.

Vivencia-se, a partir desse contexto apresentado, uma utopia. Por isso, o significado de segurança está cada vez mais carregado de desejo. Desejo de alguém por algo indefinido para definir-se pela paz ou na paz. Então, precisamos ter utopias: são necessárias!

Com utopias ou não, a questão da criminalidade e violência realmente deve ser preocupação dos gestores da Segurança Pública e compor uma pauta: homicídios como porta de entrada, pela constatação para a tendência de uma inversão do ser-humano pelo ter-humano, e, por isso, mata-se pelas mínimas coisas.

De outra sorte, devemos ter em mente que as mortes são consideradas originárias de causas diversas e as estatísticas são referências para a determinação do desempenho das organizações policiais nas mais diversas variações das ocorrências de crimes violentos.

Por outro lado, se os resultados estatísticos podem significar que tecnicamente a questão pode estar equacionada pelo controle da criminalidade, por outro, podem transformar os mortos simplesmente em um número no contexto dos homicídios.

É verdade que precisamos colocar essa questão no centro do "jogo" das discussões, mas considerar, na análise, até que ponto suas consequências estão afetando a sociedade. Nessa circunstância, é evidente que existe um sentimento fortuito de prazer, mas também de desprazer, ao tratarmos da questão da morte. Lembra finitude... Morreu, acabou... Fica a sensação de que aos parentes cabe somente o direito de chorar seus mortos. Por isso o homicídio deve ser combatido com todo vigor como resultante de ações planejadas das forças legais, congregando ações estratégicas preventivas e repressivas.



Todavia, penso que devemos ter um olhar mais aprofundado ao tratar das questões geradas pelos homicídios na relação do "cuidar" na dimensão dada à questão da criminalidade e violência, para não culparmos os mortos pelas mortes.

Não é meu propósito dizer que estaria, em tese, possibilitando um entendimento controverso por um sentido colocado fora do fenômeno e significando uma inversão da vida por homicídios, quanto ao seu controle na reação social. Não é essa a questão. Meu alerta é no sentido de que a sociedade está com medo; a violência subjetiva está maior e, consequentemente, a insegurança também. Os crimes são praticados com mais frieza, bestialidade, crueldade e selvageria.

Dessa forma, as comemorações decorrentes das diminuições dos números de homicídios, embora sejam importantes em seu objeto e originalidade, devem ser vistas e sentidas com cautela.

Por isso mesmo, e considerando a congruência da atuação dos meios de comunicação, associados à abertura para as possibilidades dos eventos positivos da ação profissional dos agentes de segurança, não temos dúvidas de que há um grande desafio para os operadores da Segurança Pública. Isso passa pelo desejo de alcançar bons resultados e permeia o

Sistema de Defesa Social do Estado de Minas Gerais, mormente, pela Polícia Militar em suas ações preventivas.

Embora isso, temos a convicção de que os pensadores das Corporações, considerando o Estado de Minas ter bem estabelecidas suas políticas públicas na área, passam por um dilema contemporâneo. Dilema do Vazio, do tudo e do nada, que contempla uma pauta de desejos inertes na identidade institucional... Que passa pela busca da coerência do exercício do poder e da autoridade constituída para potencializar os resultados desejados pelo Estado, mas sufragada pela gestão política, que faz imperar as políticas de segurança públicas, "stricto sensu" o que faz cada organização do Sistema de Defesa Social. Aí, nesse contexto, estarão as incertezas do controle para a manutenção da paz social focada na potência do poder-dever de agir e de buscar os resultados estabelecidos em metas institucionalizadas. Dilema de amor e ódio no exercício das atividades operacionais... De ser anjo e demônio no catálogo de uma sociedade adoecida. Tal dilema continua a ser enfrentado pelas instituições encarregadas de fazer cumprir a lei e a ordem.

O resultado requer comprometimento do profissional com o objetivo institucional, afora um projeto institucionalizado pelas organizações, que represente ações estratégicas e cumpra uma agenda de controle.

Então, é muito mais que cumprir uma proposta de baixar a criminalidade, porque, além disso, precisa centrar sua atenção para o sentimento da sociedade sobre as questões que a permeiam.

Implica dizer que precisamos experienciar pelo exercício do poder e da autoridade para que não ocorra a deterioração do Planejamento Estratégico do Estado no que tange à Segurança Pública pela inação ou



egocentrismo de quem tem o poder-dever de agir. Ou seja, as experiências da vida nos humanizam e nos tocam de forma intensa, fazendo-nos parar para “enxergar aquilo que muitas vezes não queremos ver”, mesmo porque, a Segurança Pública e atividade prioritariamente de Estado, mas de responsabilidade de todos.

Por isso, precisamos sair de nossa indiferença absurda com as coisas que nos agridem e viver as experiências que a vida nos oferece. Isso deve ser obrigatório, mas sofrer com elas ou desfrutá-las é opcional.

Precisamos de respostas sobre e para o presente, superando os acontecimentos contemporâneos. Isso passa pelas pessoas. Há necessidade de unir as inteligências do passado com as do presente para se ter o futuro sob controle.

Mas há necessidade de fazer um recorte na abordagem sobre a criminalidade e a violência para estabelecer o convencimento de que na Segurança Pública há evidência de significado jurídico e político na ação policial de repressão ao crime comum, bem como suas modalidades. Em decorrência, a consequência social não é uma questão tão-somente de dependência, sim de ações congregadas e agregadas e, por isso, precisa-se pensar num conjunto de decisões para fortalecer as ações que resultem na proteção social.

Por outro lado, não se consegue isso só com ações do Estado, sem a participação dos Municípios e, principalmente, sem o envolvimento do Governo Federal, com suas políticas.

Não basta ter bons Planos, é necessário transformá-los em ação. Sobretudo, há necessidade de reencená-los com nossas vivências, pois não podemos nos esquecer que o crime comum violento é um problema urbano e, por conseguinte, afeta os poderes municipais.

Embora isso, o Governo Federal não pode ser coadjuvante.

Nesse propósito, é preciso integrar também outros segmentos da direção política, executiva e legislativa nas ações do combate ao crime e à criminalidade, para algum controle mais efetivo da



violência urbana. Há de se ter programas e projetos voltados para tal controle.

Todavia, as Unidades de Polícia precisam compreender que ações preventivas favorecem a interlocução dialógica com as comunidades e exercem papel genuinamente preventivo, além, é claro, do fortalecimento da marca organizacional e participação cidadã. Ou seja, precisam compreender o que é o exercício da cidadania, porque não sabem e se distanciam das ações cidadãs.

A personalidade da ação profissional de quem tem o poder-dever de agir de alguns, fica subjugado pelo terrorismo da assessoria, cuja ditadura assola boas ações, porquanto deixam tais profissionais distantes da real situação do domínio social e se perdem na mediocridade. Desconhecem a Responsabilidade Social.

O entendimento é de que sem uma parceria multidisciplinar não há como vencer os avanços do crime e da criminalidade. É por isso que nesse caminho, o Município é um grande aliado, mesmo porque sua participação no contexto da Segurança Pública é um

dos fundamentos para a logicidade do controle da violência.

Existem belos exemplos de ações municipais no contexto do Combate ao Crime, Criminalidade e Violência no Estado de Minas Gerais com efetiva participação na Segurança Urbana, sobretudo por ação das Guardas Municipais, que construíram e constroem agenda positiva no acolhimento ao cidadão num processo de contenção da insegurança e até mesmo para atuar na subjetividade das pessoas.

Os Municípios passaram a perceber que devem tratar do tema, participar de sua discussão e ter uma participação mais ativa e diretiva com propostas de intervenção por um Planejamento Municipal de Segurança Pública.

Mas a criminalidade está aí no mundo, e a violência também, a nos impor linhas de raciocínios diferenciados e a nos atribuir também uma condição de perguntadores mais que de escutadores. A pergunta continua a ser: o que fazer? Como nos conduzir para dirimir o medo que assola a sociedade

contemporânea? Talvez precisemos continuar a fazer boas perguntas e sair à procura das respostas.

Nesse sentido, persiste neste século XXI, sob nossa responsabilidade, a questão da violência como um dos principais problemas de segurança no Brasil e, sem dúvida o homicídio é um dos piores pontos a serem tratados. Não o único, pois nos daria uma visão míope da questão da Segurança Pública; este é um assunto preocupante nos espaços urbanos contemporâneos.

Na consideração sobre a relação dialógica e fortalecimento dos contatos entre as pessoas como forma de vigorar os compromissos com base no respeito mútuo, refletindo-se no controle do crime e da criminalidade, e, por decorrência, na violência,

podemos dizer que não acabaram. Bauman (2001) nos mostra que tais relações foram extraídas das situações de casualidade. Ele fala que as pessoas perderam a interação afetiva, e, hoje, mais que antes, se relacionam sem se encontrar, sem ter contato e os discursos são referentes a aquisição, não de interação.

Também, os lugares já são determinados ao que ele chamou de “não-lugares”, cujos espaços são normalmente utilizados para as pessoas exercitarem a sua indiferença com o ambiente que as cerca.

Destarte, há uma não-sociabilidade e civildade de tais espaços e isso não permite que as pessoas tenham uma estada por limite de tempo maior, o que é pior, nem têm a sensação de estar ali. Fica a sensação de que não se interessam, não estabelecem memória das coisas, que se desvalorizam.

Estabelece-se uma instabilidade, onde o senso coletivo desfigura-se na intenção individual e o exercício da atividade atua no presente, principalmente na tentativa de controle do

futuro. Pensa-se que assim ocorrerá a manutenção da ordem, que está caótica e trabalham a exorcização da experiência e decisões cometidas por outros por entender ser o momento atual o mais inteligente, o mais capacitado e sepultam os antigos que devem ser esquecidos e amordaçados.

Propugna-se a que os gestores da Segurança Pública, especialmente no âmbito da Polícia Militar, não ancorem no cotidiano como as pessoas líquidas e não ignorem os espectros que assombam: instabilidade social em curto prazo, do mal-estar social, que geram o avanço do crime e aumento da criminalidade. Também que cuidem da personalidade e da tirania da assessoria, tornando-se túmulos de si mesmos para poder viver para si a sua vida e morrer por si a sua morte. Cuidar é fundamental para que possam surgir na escuridão das próprias sombras dos críticos-coveiros das experiências passadas para se tornarem verdadeiros protetores sociais no controle da violência. ■

REFERÊNCIAS:

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

* Mestrando em Administração pela FEAD. Especialista em Criminologia pela Academia de Polícia Civil/MG, Administração de Micro e Pequenas Empresas pela Universidade Federal de Lavras/MG e Psicologia Clínica Fenomenologia-Existencial pelo Instituto de Psicologia Fenomenológico-Existencial do Rio de Janeiro (IFEN), Especialista em Psicologia Fenomenológica - Existencial e Gestáltica pela FEAD e Pós-graduado em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela FEAD; Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Oeste de Minas Gerais - Divinópolis/MG e Psicólogo pelo Centro Universitário Newton Paiva/MG. Superintendente-Geral da FGR. Atua no Terceiro-Setor como Parceiro Voluntário na Sociedade Cruz de Malta; Diretor de Segurança da FUNDAMIG; Idealizador do Ciclo de Segurança Pública em Debate (CISED). Coronel do Quadro de Reserva da Polícia Militar de Minas Gerais: Comandante-Geral da PMMG (2001/2003).

Academia Epistêmica MESA MARIANO.

João Bosco de Castro*



Os Fundadores da MESA MARIANO.

O INFORMATIVO FGR (ano 8, nº30, fevereiro e março de 2010) publicou a instalação ritualística da **Academia Epistêmica de Mesa "Capitão-Professor João Batista Mariano"** – MESA MARIANO, com históriação compatível com o espaço notável, mas reduzido, posto à disposição da citada Casa de Saberes.

Isso muito nos honra, mercê da tiragem expressiva e nível sobranceiro dos textos e leitores desse importante e zeloso Mensageiro do Terceiro-Setor em Minas Gerais!

Agora, neste Número da **Revista FGR**, amplia-se a malha narrativo-descritiva sobre nossa Oficina de

Cultura e Erudição vinculada à Fundação Guimarães Rosa – FGR: a partir de 21 de maio deste ano, revigorada com a posse de dois respeitáveis Acadêmicos Honorários – o Professor Antônio Luiz de Macedo Costa e o Jurista João Libério da Cunha.

Por que EPISTÊMICA ?!...

Porque aberta a todas as áreas do conhecimento – especialmente às correlatas com as Ciências Militares da Polícia Ostensiva –, apesar de refratária à discussão emotiva de crenças e convicções político-partidárias.

Epistêmica, por devotar-se à construção do conhecimento de natureza vária: empírica, religiosa, filosófica, científica!

Por que DE MESA ?!...

Porque se reúne e desenvolve em torno de mesa aprestada aos quefazer epistêmicos, rotineiramente – em sua fase informal, às vezes catacumbica, reunia-se e desenvolvia à mesa do Gabinete do Subcomandante da Academia de Polícia Militar do Prado Mineiro, ao início de cada expediente estratégico-pedagógico –, ou, excepcionalmente, em volta de qualquer mesa, mesmo simbólica, mas instalada em local eticomoralmente conspecto.

Essa locução adjetivo-restritiva DE MESA, reveladora da ambiência – até bucólica, ou lúdica, ou fictícia,

ou circunstancial, ou compartimental, ou pesquísica, ou magisterial, ou dialógica – onde o novel Silogeu Epistêmico possa gestar e empreender saberes e sabedoria, levou o Acadêmico Epistêmico-Fundador Márcio Antônio Macedo Assunção a destrinçar, no bojo de seu denso discurso de instalação desta viçosa MESA MARIANO, a semiologia do substantivo MESA, em quatro núcleos de verbalização:

a) a MESA – que existe em qualquer lugar onde se reúnem pessoas – pode representar o método peripatético de Aristóteles, cuja prioridade foi o conhecimento, ao invés da formalidade de um recinto;

b) a MESA – que substitui a coxa esquerda do "Pensador", criado por Auguste Rodin – pode sentenciar que, para a construção do conhecimento, usa-se o necessário e condena-se o desperdício;

c) a MESA – que, na visão de Leonardo da Vinci, amparou o Santíssimo Sacramento para o prenúncio da salvação humana – pode aventar que também o Dogma é conhecimento disponível a todos;

d) a MESA – que, na inspiração dos Bardos, era redonda e servia para as tramas do Rei Arthur e seus Cavaleiros, para a defesa da Honra – pode significar que, com o conhecimento, também se prepara o espírito para o respeito à dignidade humana.

Por isso, ao conceber heraldicamente o Símbolo desta Casa de Saberes, vislumbrei, para o compor e realizar, a singeleza monástica e sóbria do paralelepípedo tradicional de calçada – substituível armorialmente por artefato de pedra a tal imagem similar –, para essa mesma simplicidade representar a MESA facilmente transportável por uma só pessoa, mesmo a pé, e propiciar aos Acadêmicos a mais pronta instalação de seu Plenário em lugar distinto: à margem da Lagoa do Nado – na Região da Pampulha, em Belo Horizonte –, ou às barrancas do enfeitante Rio Picão – nas cercanias

de Bom Despacho –, ou na amplidão majestática do Parque Municipal de Belo Horizonte, ou no pátio de qualquer Educandário ou Quartel, ou no aconchego da Cantina do Embuçado – em Lisboa –, ou na imponência universal do Cabo da Boa Esperança (para mim, ainda Cabo das Tormentas, Palácio do Gigante Adamastor, ou Suplício de Téthys – a avó de Thétis –, o terrível Tormentório, ao extremo sul do sopé da Montanha da Mesa onde se encontram o Atlântico e o Índico, Promontório supersticioso da magnífica Cidade do Cabo: a Princesa da África do Sul), ou em qualquer cantinho decente, ou no generoso e profícuo Auditório da Fundação Guimarães Rosa: base domiciliar da autenticidade e legitimidade epistêmicas erigidas por Márcio Antônio Macedo Assunção, Ricardo Santos Ribeiro e Padre Samuel Sérgio Drumond, polidas por João Bosco de Castro, consolidadas por Álvaro Antônio Nicolau, José Antônio Borges e José Antônio Gonçalves, e sustentadas por outros inquietos e in-



Prolação do Compromisso Epistêmico.

quebrantáveis Discípulos do Capitão-Professor João Batista Mariano: vinte e um Acadêmicos Epistêmicos – entre Homens e Mulheres – e três Acadêmicos Honorários.

Por que CAPITÃO-PROFESSOR JOÃO BATISTA MARIANO ?!...

Porque tal Nome corresponde à marca mais ampla do melhor **Obreiro da Fornalha Epistêmica** entre os

mais zelosos Pensadores da Felicidade Pública, zênite da Defesa Social, nos domínios de Minas Gerais!

Ao ser idealizado pelo então Tenente-Coronel Márcio Antônio Macedo Assunção, Subcomandante da Academia de Polícia Militar do Prado Mineiro, em 1º de julho de 2008, esse Grêmio era denominado **Academia Epistêmica de Mesa "Tenente-Coronel João Bosco de Castro"**, em homenagem à qualificação e ao produto epistêmico desse Oficial (segundo Márcio Assunção, dotado de "natureza paternal (...), a qual se manifestava no empenho à orientação, ao esclarecimento, à correção e, sobretudo, à dedicação – seu público e notório atributo!"), também eleito primeiro presidente desse mesmo Sodalício, após tal mandato será dele Presidente-de-Honra Vitalício.

Em 23 de julho de 2008, durante reunião acadêmica, o Homenageado considera-se infimo para tamanha honraria, quando também se confirma presidente da mesma Oficina Epistê-

mica. Ato contínuo, o então Tenente-Coronel Ricardo Santos Ribeiro, Chefe do Centro de Pesquisa e Pós-graduação da Polícia Militar de Minas Gerais, propõe aos dois outros Acadêmicos a indicação de outra pessoa para o batismo patronímico da nascente Academia. Para tanto, o próprio Tenente-Coronel João Bosco de Castro, na referida reunião acadêmica, indica aos Confrades o Nome

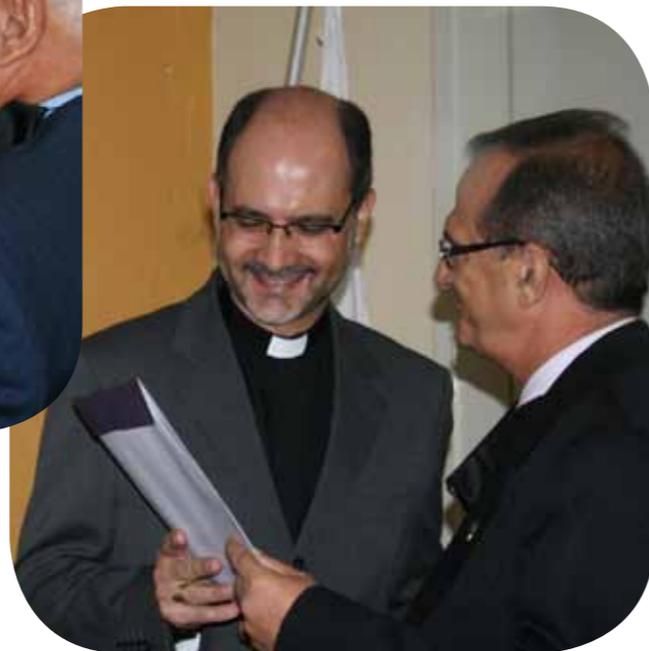


Acima: Condecoração do Acadêmico João Bosco de Castro pelo Acadêmico Álvaro Antônio Nicolau.

Sumoso do **Capitão-Professor João Batista Mariano** – à unanimidade aprovado! –, mercê de sua importância para o Sistema de Educação de Polícia Militar de Minas Gerais, como lúcido mentor do Instituto Propedêutico da Força Pública do mesmo Estado, embrião do legendário Departamento de Instrução – o Dê-I do Prado Mineiro: a Universidade das Ciências Militares da Polícia Ostensiva, Metáfora do citado Bairro belo-horizontino pela Rua Diábase – aquela por onde ruminava as melhores e mais crespas filosofias o Amanuense Belmiro Borba, cheio das empáfias verbais articuladas pelo vultoso Velloso, também antonomasiado pelo maiúsculo Romancista montes-clarense Cyro Versiani dos Anjos.

A justificativa desse outro **Nome** tem suporte no ensaio HISTÓRICO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR, do então Primeiro-Sargento Francis Albert Cotta Formiga – hoje, Segundo-Tenente e titular da Cadeira Epistêmica Nº 9 da MESA MARIANO! –, publicado nas páginas 7-10 da Revista **ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR – 70 Anos**

Abaixo: Diplomação do Acadêmico Honorário Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães pelo Presidente da MESA MARIANO.



(Belo Horizonte – MG, 3 de março de 2004), do qual se transcrevem os seguintes excertos:

O Professor João Batista Mariano (...) que ministrava instruções aos oficiais do 5º Batalhão de Caçadores, atual 5º Batalhão de Polícia Militar, elaborou o plano de um Curso Técnico Militar e Propedêutico, que foi aprovado e ministrado a todas as Unidades da Capital. O presidente Olegário Maciel, entusiasmado com o progresso alcançado pelos oficiais-alunos, mandou nomear João Batista Mariano professor complementar da Força Pública, convidando-o, em seguida, para audiências no Palácio da Liberdade, para o estabelecimento das bases de um curso que beneficiasse a todos os oficiais e sargentos da Força Pública. Em consequência, criou-se o Departamento de Instrução.

(...)

No bairro do Prado, em Belo Horizonte, onde já funcionava o Corpo-Escola, foi então instalado o Departamento de Instrução. O Instituto Propedêutico, idealizado pelo prof. [João Batista] Mariano, se tornou o Curso de Formação de Oficiais. (...) O Departamento de Instrução ministrava o Curso de Formação de Oficiais (CFO) e o Curso Especial.

No dia 17 deste mês de julho de 2010, durante proveitosa rearrumação de minha biblioteca, em precioso pacote de assentamentos sobre a anciã Força Pública Mineira, resurgem-me substanciais declarações do Patrono-Príncipe Capitão-Professor João Batista Mariano, dispostas em duas e meia encardidas páginas datilografadas. Dessa gema histórica, digna de minha Estante de Relíquias, faíscam raridades museográficas:

Uma breve história necessária.

Velho amigo da F.P. mineira,

costumava acorrer desinteressadamente aos chamados entretendo-me em modo especial com os Srs. Oficiais ora explicando, ora resolvendo, ora ensinando certos princípios que desejavam conhecer.

Assim passaram-se longos anos e a F.P. sempre em próspera paz, aumentava em número, acrescida com a criação de novos batalhões.

(...)

Mal tinha-se pacificado a revolta de 30, quando alguns oficiais superiores, relembrando os meus serviços prestados no campo durante a luta passada, me convidaram a dar algumas explicações num quartel aos comissionados reunidos. Acudi mas me convenci logo que estes precisavam de base e esta deveria ser fácil e facilmente intuitiva.

(...)

Mal tinha dado início às minhas aulas no Vº B.G. que todas as unidades da Capital solicitaram o mesmo benefício que estendi imediatamente à todas não medindo dificuldades e trabalho.

(...)

(...) fomos surpreendidos nesta luta diária pelo então Presidente Olegário Maciel que tinha ido ao Vº B.G. a apreciar os festejos celebrados em regozijo do 10º aniversário de fundação do Batalhão (Maio de 1932).

O Presidente Olegário admirado de tanto progresso houve por bem mandar-me nomear imediatamente professor complementar da F.P., convidando-me em seguida à diversas conferências em palácio para estabelecer as bases de um curso que beneficiasse todos os oficiais e sargentos da F.P. e criar um DI [Departamento de Instrução, atual Academia de Polícia Militar do Prado Mineiro] aberto à todos os militares estudiosos. Deste ponto a história do D.I. entra com a data de 5-3-34 no conhecimento público e os frutos hauridos pela F.P. são notórios e publicamente elogiados.

No segundo parágrafo do Editorial da Revista **ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR – 75 Anos** (Belo Horizonte – MG, 3 de março de 2009), por mim coordenada e organizada, tenho o prazer de assinalar:

(...) e o eminente Arthur Versiani Velloso – o Velloso – [mentor da Universidade de Minas Gerais, atual UFMG] personificou-se no Professor João Batista Mariano – promovido a Capitão-Professor –, o Arquiteto da recém-criada Escola e Pai do Instituto Propedêutico de 1932 – transfeito em nosso Curso de Formação de Oficiais, atualmente Curso de Bacharelado em Ciências Militares da Polícia Ostensiva.

Essa tão humana e heroica

fê-de-ofício de João Batista Mariano fez-me incrustar seu Luminoso Nome – emparelhadamente com os de Roberto Drexler e José Carlos de Campos Christo! – no primeiro verso da primeira e terceira estrofes da **Canção da Academia de Polícia Militar do Prado Mineiro**. Ele é o Excelso Desbravador e Civilizador da Paz Social semeada em Cachoeira do Campo de Villa Rica de Nossa Senhora do Pilar, a partir de 1º de dezembro de 1775, pelo **“Animoso Alferes”!**

Por isso, considero felicíssima a adoção de sua insuperável e marcante Figura para a situação de Patrono-Príncipe e rotulação patronímica da Casa de Saberes vinculada à Fundação Guimarães Rosa.

Cuidemos, pois, de Sua Imagem Acadêmica arrimada em decoro acadêmico e dignidade acadêmica!

MESA MARIANO, em Belo Horizonte – MG, 28 de julho de 2010. ■

* Policiólogo, professor de Língua Portuguesa e Literatura Lusófona, e de Ciências Militares da Polícia Ostensiva, História da PMMG, Crítica Textual e Teoria da Ética. Romancista, poeta, contista, ensaísta e crítico. Vencedor do Prêmio A Vida da Palavra (Academia Brasileira de Letras, em 2003) e do Prêmio “Coronel Alvim de Menezes” de Ciências Militares (Fundação Guimarães Rosa – BH, MG, em 2007). Presidente da Academia Epistêmica de Mesa “Capitão-Professor João Batista Mariano” – MESA MARIANO.

Segurança Eletrônica

A FGR disponibiliza serviços de tecnologia em segurança eletrônica: planeja, instala e faz manutenção do sistema de segurança eletrônica, com câmeras digitais, central de monitoramento de imagens, alarmes de alta tecnologia e, principalmente, equipe técnica para exercer suas funções com qualidade superior. Todo o trabalho é possível de ser compartilhado com o Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Guardas Municipais.

Veja algumas vantagens do Monitoramento Eletrônico:

- Interligação de setores do município possibilitando o tráfego de dados, voz e imagem em banda larga;
- Possibilidade de monitoramento por câmeras em escolas e vias públicas;
- Possibilidade de acesso a internet em locais públicos;
- Criação de central de monitoramento integrada;
- Instalação de segurança eletrônica nas escolas;
- Economia na conta de telefonia da concessionária com a centralização das ligações em troncos digitais para fidelização e redução de custo.

Violência psicológica sob a ótica das vivências de exílio

Maria Madalena Magnabosco*

Início perguntando: será que são as pessoas que apenas repetem as últimas palavras ou são os ouvidos narcísicos que se recusam a ouvir a inteireza da experiência?

Na reflexão sobre violência psicológica acontece uma articulação das vivências do exílio e do sujeito violentado, ou seja, ambos são descentrados

ao serem interditados pela linguagem médica, psicológica, cultural, social, ao serem descritos como enfermos, fora “da ordem”, que não sabem o que fazem e não sabem quem são, por isso, a violência para com eles.

A violência psicológica acontece pelo fato de se reduzir a leitura das vivências a uma identidade única e

acabada, a ignorâncias, rebeldias, desesperos, excessos que devem ser podados por uma linguagem que designa, onde ela deveria apenas silenciar, pois ainda não é hora de nomear, designar e prescrever pronomes, proposições e lugares predicativos.

Esse é o ponto em comum das vivências que serão refletidas.



A violência psicológica

Os processos psicológicos, as relações exteriores e o organismo biológico se conectam através das mediações semióticas, configurando motivos, que são estados portadores de valor emocional estável, desencadeadores da ação e do pensamento. O significado leva o homem a agir, não em resposta a uma estrutura e organização biológica, mas a uma ideia, isto é, um fenômeno intersubjetivo e, portanto, social e histórico.

Assim, pode-se sugerir ser a violência um sofrimento psicossocial e ético-político que abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Entretanto, cabe aqui um alerta à análise do enfrentamento da violência pela afetividade para não correr-se o risco de uma definição meramente subjetivista.

Recorrendo a Bader Burihan Sawaia (2004, p.106):

Uma das ideias-força deste momento histórico é a subjetividade e seus correlatos, a emoção e o sentimento pessoal. Porém, ao mesmo tempo em que se valoriza o afeto e a sensibilidade individual, assiste-se a banalização do mal no outro, a insensibilidade ao sofrimento do outro. O que ocorre é que os sentimentos são valorizados como fonte de satisfação em si mesmos, configurando uma dor e não um sofrimento.

(...) Vivemos a utopia da sociedade e do corpo perfeito e o enaltecimento das emoções. (...) Falamos livremente de nossa intimidade a desconhecidos, valorizamos o tocar, a relação íntima, a exposição do corpo e do “eu”, mas esse corpo e esse eu são desencarnados, insensíveis ao outro. Sem o perceber, em nome da liberação das emoções e do exercício da sensibilidade, estamos, sutilmente, formatando e despoticando nosso “conatus”



e aceitando velhos argumentos higienistas, morais e racionais, que só modernizaram sua roupagem. Também, com a ênfase no próprio “eu”, desencarnado e solitário, estamos nos afastando das questões públicas.

Pela citação podemos perceber o risco que corremos ao precipitarmos raciocínios simplistas sobre a questão da significação, do simbólico e da subjetividade se realizando fora do contexto relacional.

Dizer de si, do “eu” desencarnado não gera símbolos que retirem as pessoas do imaginário coletivo que esquece de se lembrar que toda ética, toda felicidade, toda justiça, toda violência é psicossocial e relacional. Expressando de outro modo, a violência ou não violência não constituem categorias em si, mas “são da mesma substância e formam um par indissociável, que se constitui na própria relação.” (SAWAIA, 1999, p.108).

Na atualidade, mediante a existência de corpos violentados e iludidos de presença pelas imagens de um corpo

pleno, difundidas pelo consumo, a violência psicológica pode ser repensada e mediada pelo conceito-processo através da reflexão da questão do enfraquecimento e ruptura dos vínculos sociais e relacionais.

Pela presença de ambos (enfraquecimento e ruptura dos vínculos sociais), acontecem os movimentos-fenômenos da fragilidade e da dependência, os quais se expressam nas vivências de desamparo.

O desamparo é próprio de um vazio simbólico onde a pessoa não se sabe, não se percebe, não se reconhece. Nesse contexto, há muito mais do que ser compreendido por uma linguagem culta e uma racionalidade lógica, ou seja, a pessoa busca existir, ser olhada, encontrada por alguém, por uma relação que paute um vínculo que a resgate de uma não-existência. Esse não-existir é um dos componentes do trauma, da experiência que fica fragmentada no sujeito por não ter encontrado condições de simbolização e o leva ao constante movimento de uma sentinela-zumbi (ROLNIK, 1994, p. 167), ou seja, de uma atenta

paralização aflita que monta sentinela com o objetivo permanente de impedir que o fragmento zumbi apareça e asombre-o novamente com o vazio e o sem sentido que desencarna corpos.

Sentir-se desamparado, sem a mediação de um simbólico entre-

relacional, a busca por existir, ser visto, encontrado, gerados pelo enfraquecimento inter/entrelacional e pela ruptura dos vínculos sociais, leva metaforicamente a pessoa a vivenciar o que na atualidade tem sido designado por Patologias do Vazio. Tais patologias são próprias de pessoas que

partilhar de um mundo simbólico que possa oferecer mediações e traduções para palavras nascedouras.

A interdição a dependências e vínculos que restabeleçam o simbólico partilhado da existência, mediado por relações e linguagens que comu-



lacional que sustente sentido de existência, é um sofrimento físico-psíquico que não se adquire ou se livra dele em bloco, de forma homogênea. O desamparo é um processo complexo, configurado nas confluências entre pensar, sentir, agir e “as determinações sociais mediadas pela raça, classe, idade e gênero, num movimento dialético entre a morte emocional e a exaltação revolucionária” (SAWAIA, 2004, p.111).

Na violência e no exílio, o desamparo ocasionado pelo trauma, o vazio

não puderam, por diversos motivos, vincularem e serem reconhecidos por laços que criem pertenças e reconhecimentos ético-político-emocionais, e sentem-se perdidas num mundo de não-existência, sem voz e que ainda não nasceram psicologicamente.

Para se resgatarem desse estado de não-integração (fragmentado), que é compulsivamente buscado, torna-se necessário o estabelecimento de uma relação de dependência com outra pessoa, de modo a fortalecer um vínculo que restitua voz e amparo pelo

alguém. Semelhanças, preencham o vazio e construam compreensões do vivido tem gerado uma das grandes violências psicológicas da atualidade. Tal violência é intensificada quando:

(...) o social não consegue oferecer possibilidades de convívio das diferenças, instaurando uma busca solitária pelo prazer, sendo que o meu prazer tem que se sobrepor ao seu. O outro se torna o objeto onde usufruirei de meu prazer. É nessa desenfreada procura que a violência corporifica-se. Esta violência tem características efetivamente

nazistas, pois é sempre a pretensão de ser melhor que o outro e de funcionar como um predador do corpo do outro para usufruto do seu gozo que delinea a cena imaginária do sujeito (RUIZ; MATTIOLI, 2004, p.119).

A partir desse viés do desamparo, da interdição à dependência, do enfraquecimento e ruptura dos vínculos sociais, do vazio simbólico gerado por essas situações irei refletir sobre as violências processuais no exílio, por serem vivências-fenômenos que caracterizam processos de passagens, de contradições, de rupturas vinculares, de estranhamentos, de dores que buscam alívios em outros movimentos que não os representacionais de um social respaldado apenas no dever ser. Dever esse que se institui como um dos elementos da violência psicológica gerada pela opressão da palavra dirigida a quem se encontra à margem de algum esperado, de alguma imagem social, como as adolescentes em gravidez precoce.

Uma grande maioria dos estudos sobre Violência centram-se principalmente sobre a violência doméstica e pouco se fala sobre a violência psicológica. A violência psicológica, constitutiva do trauma, aparece revestida de muitas incertezas e “até a bibliografia consultada refere-se muito pouco às suas manifestações, bem como às suas conseqüências, ressaltando sempre a sua associação com outros tipos de violência doméstica, como a sexual e a física” (RUIZ; MATTIOLI, 2004, p. 128).

Nos trabalhos de Azevedo e Guerra (2000), lê-se que a violência dita psicológica pode aparecer sobre a forma de *negligência afetiva*, ou seja, um desinteresse pelo outro, e de *rejeição afetiva*, pelo abuso de punições, depreciações e agressividade contra o outro. Tal estudo se pauta principalmente na violência psicológica contra

a criança mas ainda não existem estudos mais aprofundados que apontem sobre as conseqüências futuras desse tipo de marca.

Todavia, algo nesses estudos chamam a atenção, ou seja, “a palavra é colocada como um meio importante pela qual a violência psicológica pode ser disseminada, sendo descrita como pressão pela palavra” (AZEVEDO; GUERRA, 2000, p. 138).

Novamente surge a palavra como uma das antinomias do humano. Por ela se cria, por ela se destrói, se reconstrói, se perde e, pela perda, busca-se uma nomeação.

Os nomes que inventamos são signos de perdas. Por carecermos de contato direto com o circunstante, recorremos à palavra, marca da perda, precário instrumento de aproximação. As palavras se articulam à distância. As relvas, os mares, os astros, os montes ficam além; além vivem os animais e outros homens. O falante se isola. Foi nisso que Hoelderlin pensou ao observar que de repente as coisas se distanciam tanto? Pois é nesse repente que surge o homem. Esse é o seu espaço, o ser das distâncias, o instaurador delas. Isso é tão grave que nem a si mesmo presente o homem não está. Vivendo distante de si, ele para si mesmo é mistério. A palavra, fundadora, ergue caminhos sobre distâncias. Precários caminhos! Fazem-se e se desfazem; construídos, desconstroem-se. Discursos são redes, tecidos, mapas; e se corrompem como todos os sinais que gravamos. Mas, sem eles, poderíamos viver, conviver?(SCHULER, 1994, p.8).

Sendo a palavra signo de perda, busca de distanciamento para dar contornos e abrir caminhos, como lê-la nos corpos dos exilados e violentad(a) os tentando não cometermos uma violência psicológica tão grande pelo excesso de uma presença, de uma certeza, de um

“A violência dita psicológica pode aparecer sobre a forma de *negligência afetiva*, ou seja, um desinteresse pelo outro, e de *rejeição afetiva*, pelo abuso de punições, depreciações e agressividade contra o outro.”

domínio interpretativo sobre o outro, se nesse movimento que atravessa ele ainda é perda, ainda apresenta-se arritmado, deslocando de um lugar tradicional na tentativa de se desvencilhar dos entraves da língua apenas como conteúdo representacional?

Não seria o trauma, o desamparo, o vazio e o sem sentido uma denúncia desse limite da palavra enquanto representação da realidade? Não seria essa uma das violências psicológicas cometidas pelo abuso da palavra, por sua opressão quando ela é dita como pura presença e sem a consideração do que ainda não existe, ou seja, sem a contextualização de movimentos relacionais, os quais imprimem significados diferenciados conforme o tempo histórico, a cultura e a construção de subjetividades a partir do simbólico criado e recriado por conceitos-movimentos que buscam se afiliar em outros contextos de significações?

Não seria a violência psicológica a força maior das representações pela palavra ao pé da letra onde nenhum estranhamento, nenhuma perplexidade, nenhuma invisibilidade ou não dito é considerado? Onde nenhum exílio é percebido e concebido além

“A violência psicológica, constitutiva do trauma, aparece revestida de muitas incertezas e até a bibliografia consultada refere-se muito pouco às suas manifestações, bem como às suas consequências, ressaltando sempre a sua associação com outros tipos de violência doméstica, como a sexual e a física.”

dos conceitos praxes de diáspora, incomunicabilidade, estrangeiro, não pertencente a, ser marginal merecedor de algum castigo, de uma desencarnação que expolia a pessoa de si lançando-a no vazio dos significados?

Partindo dessas perguntas pode-se perceber que elas esbarram no limite da própria linguagem, isto é, ao serem incapazes de dizer sobre o indizível, tecem com outra engenhosidade a trama das palavras levadas ao paroxismo limite da própria linguagem. É nesse espaço de insuficiência da língua que se torna possível apontar para a intensidade das vivências do exílio, das violências, dos corpos que buscam compulsivamente significados outros, pois é nesse tempo do incapturável pela literalidade da palavra que acontece uma implosão dos sentidos dados. “As palavras deserdam de suas verdades e certezas

para se arriscarem na busca de escritas impossíveis: do que não é sensato desejar e se quer – a forma intocável. Pintar sem imagens e escrever sem palavras” (TURRER, 2000, p.59).

Deserdar de suas verdades e certezas é o movimento relacional das pessoas que anseiam por outras leituras que não apenas as legitimadas e institucionalizadas por certas literaturas, certos preceitos (preconceitos?), certas formas de ser e existir no mundo. São tentativas de “lançar um grito desumano, que é uma maneira de ser escutado” (BUARQUE, 1973), principalmente quando os contextos relacionais estão cristalizados em formas únicas de concepção do que é um homem, do que é uma pessoa violentada.

Para compreender e lidar com processos de violência precisamos desenvolver sutilezas, pois o “gesto sutil é potente justamente porque sua força não se explicita de uma só vez, como se tratasse do último ou do melhor gesto”(RANCIÈRE, 2005).

Sutilezas nascem desses movimentos que não se esgotam em si mesmos mas são nascedouros para críticas sociais e políticas de um tempo histórico em que, ele próprio, oscila entre fronteiras, como uma espécie de basculante entre o encerramento e a abertura, entre o marco que define e delimita e a janela ou porta que possibilita a comunicação.

Concluindo, a violência psicológica nesses contextos de passagens poderá ser repensada e trabalhada quando perdermos o medo das sutilezas, o medo de partilhar o sensível. ■

REFERÊNCIAS:

- AZEVEDO; GUERRA. *Crianças Vítimizadas: a Síndrome do Pequeno Poder*. (2.ed.), São Paulo: Iglu, 2000.
- BUARQUE DE HOLLANDA, Francisco *Cálice*. 1973.

CASTELO BRANCO, Lúcia. *A traição de Penélope*. São Paulo: Annablume, 1994. p.24-25

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1945-1999.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. São Paulo: Editora 34, 2005.

RAVETTI, Graciela. *Ficciones Performativas*. FALÉ: UFMG, 2001. p.5

RILKE, Rainer Maria. *Cartas a um jovem poeta*. 22 ed. São Paulo: Globo, 1995.

ROLNIK, Suely. *Cidadania e alteridade: o psicólogo, o homem da ética e a reinvenção da democracia*. In: SPINK, Mary Jane. *Cidadania em construção*. São Paulo: Ed. Cortez, 1994. p.167

RUIZ, Josiane; MATTIOLI, Olga. *Violência Psicológica e Violência Doméstica*. In: ____ (Orgs.) *Gênero e Violência*. Unesp: Arte e Ciência Editora, 2004. p.119

SANT'ANNA, Denise. *Corpos de passagem – ensaios sobre a subjetividade contemporânea*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p.124

SAWAIA, Baden Burihan. *As Artimanhas da Exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 111

SCHULER, Donald. *Narciso Errante*. Petrópolis: Vozes, 1994. p.8

SOUZA SANTOS, Boaventura. *A Queda do Ângelus Novus. Para além da equação moderna entre raízes e opções*. Novos Estudos, CEBRAP, São Paulo, 47, p.103-124, 1997.

TURRER, Dayse. *Maculaturas: traços da escrita da desmemória em A falta*. MENDES, Belchior (Org.) *Memórias do Presente*. Ensaios de Literatura contemporânea. Belo Horizonte: FALÉ/UFMG, 2000 p.59.

VARELA; SHEAR. *First Person Account: why, what and how*. Thorventon: Imprint Academic, 1999. p. 4

VIGOTSKY. *Pensamiento e Linguagen*. Obras Escogidas. Madrid: Visor Distribucion S.A., 1993. vii.

* Psicóloga (UFMG), Mestre em Estudos Literários, Doutora em Literatura Comparada (UFMG) e Pós Doutora em Estudos Culturais (UFRJ). Professora do IEC/PUC Minas, FEAD e UNIUBE.

Planos de Saúde



Um deles se adequa perfeitamente a sua necessidade.

A Fundação Guimarães Rosa disponibiliza aos integrantes do Sistema de Defesa Social de Minas Gerais, Pensionistas e Professores do Colégio Tiradentes da Polícia Militar dois Planos de Saúde: **UNIMED** e **SÃO BERNARDO**. Os planos têm a garantia FGR e grande diferencial: **desconto em folha de pagamento.**

Conheça as vantagens no site:
www.fgr.org.br

31 3263.1616 | saudefgr@fgr.org.br
Rua Paraíba, 1.441, sala 703 - Funcionários.
Belo Horizonte, MG. CEP.: 30130-141.

Clínica Novo Olhar Saúde



Cuide de sua saúde: serviços de qualidade e eficiência para sua família!

A FGR credenciou-se ao IPISM, em 2002, para atender Servidores Militares, Dependentes e Pensionistas, além de convênios e atendimento particulares. Se você deseja agendar consultas nas especialidades de Clínica Médica, Cardiologia, Ortopedia e Urologia, a Clínica Novo Olhar Saúde é uma ótima opção.

Agende sua consulta!

31 3217.0416 | clinicafgr@fgr.org.br
Rua Levi Coelho, 43, sala 304 - Santa Efigênia.
Belo Horizonte, MG. CEP.: 30260-000.



Fundação
Guimarães Rosa